

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

Análise e Avaliação do Risco de Crédito Bancário nas PME's

– Utilização do modelo de *rating* –

LÍGIA SORAIA DIAS SOUSA

Mindelo, Maio de 2012

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

Análise e Avaliação do Risco de Crédito Bancário nas PME's
– Utilização do modelo de *rating* –

Aluna:

Lígia Soraia Dias Sousa

Orientador: Raquel Almeida

Mindelo, Maio de 2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai e à minha mãe pela oportunidade que me deram para a sua realização.

AGRADECIMENTOS

Cabe neste espaço agradecer com muita satisfação a todos os que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho e para que fosse possível atingir mais esta meta.

Em primeiro lugar agradeço à minha Orientadora Raquel Almeida, que desde logo mostrou disponibilidade para me orientar nesta pesquisa.

Agradeço também ao ISCEE e a todos os professores, pela preparação académica que me permitiu terminar o curso de forma adequada.

Não posso deixar de agradecer a todos os meus amigos e aos colegas do curso, em especial à Cláudia M., a Tiziana, ao Valério, a Elsa e ao seu marido, Manuel, pelo apoio mútuo em todas as cadeiras, pela força que me transmitiram nos momentos de fraqueza, pelo companheirismo, dedicação e por tudo o que passamos juntos durante todo esse tempo.

Um agradecimento especial a todos os bancos de São Vicente e aos seus colaboradores que me ajudaram, disponibilizando tempo e paciência para me conceder as informações de que necessitava.

Deixo também uma palavra de apreço ao gerente da empresa “Alfa” que permitiu o uso das demonstrações financeiras da empresa para a realização do meu caso prático.

Agradeço ainda ao meu namorado, por todo o apoio facultado aquando da realização deste trabalho, pelo carinho e admiração que sempre demonstrou e que funcionaram como uma grande fonte de motivação.

Finalmente, um agradecimento incondicional aos meus familiares, em especial ao meu pai, Orlando, à minha mãe, Osvaldina e à minha irmã Célia, pelo amor, carinho, incentivo, pela incansável paciência e por todo o contributo dado à minha formação, sem os quais não conseguiria atingir meus objectivos.

Muito Obrigado!

RESUMO

A análise de risco de crédito na actividade bancária é um tema bastante discutido no contexto das decisões das instituições financeiras. O presente estudo tem como objectivo demonstrar o processo de análise de crédito e avaliação do risco em instituições bancárias, evidenciando a utilização do modelo de *rating*.

A implementação do acordo de Basileia veio dar uma nova forma ao relacionamento do sector bancário para com os seus clientes, estabelecendo regras no que respeita à concessão de crédito e avaliação do risco. Com isto as instituições passaram a ter uma maior preocupação em gerir o crédito e o risco inerentes a cada operação, apostando em ferramentas metodológicas adequadas ao processo creditício. As instituições bancárias acabaram por criar departamentos de risco, colocando a gestão de crédito e de risco nas mãos de profissionais especializados, agindo sobre regras e padrões internacionais uniformes.

De realçar que o processo de análise de crédito envolve diversas etapas, cujo objectivo é avaliar o risco de incumprimento associado ao tomador de crédito, bem como suas consequências junto de quem concede o crédito. O *rating* de crédito é um instrumento cujo objectivo é atribuir uma nota que sintetiza o risco de incumprimento no pagamento de crédito, com o objectivo de reduzir a subjectividade associada ao processo de avaliação do risco.

Da pesquisa realizada, constatou-se perante entrevistas junto das instituições bancárias locais que o modelo de *rating* ainda não é muito utilizado no nosso mercado bancário, e os que o utilizam tomam-no apenas como um indicador de risco. Segundo os entrevistados a realidade das PME's Cabo-Verdianas não é adequada para a implementação de um modelo tão objectivo.

Palavras chaves: análise de crédito, *rating*, avaliação de risco

ABSTRACT

The analysis of credit risk in banking activity is a widely discussed topic, and within the context of decisions of financial institutions. The present study aims to demonstrate the process of credit analysis and risk assessment in banking institutions, evidencing the use of internal rating model.

The implementation of Basel II Accord has given a new shape to the relationship of the banking sector with its customers, establishing rules regarding the granting of credit and risk assessment. Consequently, institutions now have a greater concern in managing credit and the risk inherent to each transaction, relying on methodological tools that are appropriate to the credit process. The banks end up creating risk departments, placing credit risk management in the hands of skilled professionals that act conforming to international rules and standards.

It should be noted that the credit analysis process involves several steps, aiming at assessing the default risk associated with credit borrower, and its consequences to whom grants credit. The credit rating is a process with the objective of assigning a grade, which summarizes the risk of default in payment of credit, in order to reduce the subjectivity associated with the process of risk assessment.

The survey undertaken through interviews with local banking institutions showed that the *rating* model is not yet widely used in our banking market, and that the banks that actually use it, only do it as an indicator of risk. According to those interviewed, the reality of SMEs in Cape Verde is not suitable for the implementation of a model with such objectivity.

Key-words: credit analysis, rating, risk assessment

ÍNDICE

| | |
|--|-------------|
| DEDICATÓRIA | i |
| AGRADECIMENTOS..... | ii |
| RESUMO | iii |
| ABSTRACT | iv |
| LISTA DE ABREVIATURAS | viii |
| LISTA DE QUADROS | ix |
| LISTA DE FIGURAS | x |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1. Escolha e justificação do tema | 3 |
| 1.2. Objectivo do estudo..... | 4 |
| 1.3. Metodologia | 5 |
| 2. REVISÃO DA LITERATURA | 7 |
| 2.1. Enquadramento da actividade bancária..... | 7 |
| 2.2. Principais fundamentos do crédito | 9 |
| 2.3. Elementos definidores do crédito | 11 |
| 2.4. Política de crédito | 13 |
| 2.4.1. Tipos de política de crédito | 14 |
| 2.5. Garantias | 15 |
| 2.6. Risco de crédito | 18 |

| | |
|---|-----------|
| 3. ANÁLISE DE CRÉDITO A EMPRESAS E AVALIAÇÃO DO RISCO..... | 21 |
| 3.1. Processo de análise de crédito | 21 |
| 3.1.1. Tipos de informação a obter do cliente | 21 |
| 3.2. Ferramentas da análise de crédito | 23 |
| 3.2.1. Análise qualitativa..... | 23 |
| 3.2.2. Análise quantitativa | 25 |
| 3.2.3. <i>Rating</i> | 29 |
| 3.3. Credibilidade das DF's na avaliação do risco | 31 |
| | |
| 4. MÉTODO DE <i>RATING</i> INTERNO | 33 |
| 4.1. Contributo do Basileia | 33 |
| 4.1.1. Basileia I | 33 |
| 4.1.2. Basileia II | 34 |
| 4.1.2.1. Basileia II e o risco de crédito | 37 |
| 4.1.3. Basileia III | 41 |
| 4.2. Metodologia e processo de <i>rating</i> | 42 |
| 4.3. Escalas e notações de <i>rating</i> | 44 |
| 4.4. Critérios para apurar o <i>rating</i> | 45 |
| | |
| 5. PERSPECTIVA PRÁTICA | 47 |
| 5.1. Sistema financeiro Cabo-Verdiano | 47 |
| 5.2. Apresentação e descrição do estudo | 48 |
| 5.2.1. Apresentação e análise da informação | 49 |
| 5.2.1.1. Processo de análise de crédito nos bancos | 49 |
| 5.2.2. Aplicação do modelo de <i>rating</i> | 54 |
| 5.2.2.1. Modelo de <i>rating</i> proposto | 55 |
| 5.2.2.2. Análise das informações da Alfa | 59 |
| 5.2.2.3. Elaboração do <i>rating</i> da Alfa | 62 |
| 5.3. Discussão de resultados | 65 |

| | |
|----------------------------------|----|
| CONCLUSÕES | 67 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 70 |
| ANEXOS | 74 |

LISTA DE ABREVIATURAS

BAI – Banco Africano de Investimento

BCA – Banco Comercial do Atlântico

BCN – Banco Cabo-verdiano de Negócios

BI – Banco Interatlântico

CECV – Caixa Económica de Cabo Verde

DF's – Demonstrações Financeiras

EAD – *Exposure at Default*

IRB – *Internal Rating-Based*

LGD – *Loss Given Default*

M – *Maturity*

PD – *Probability of Default*

PME's – Pequenas e Médias Empresas

RA – Rendibilidade do Activo

RCP – Rendibilidade do Capital Próprio

RLV – Rendibilidade Líquida das Vendas

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Ponderadores de risco | 38 |
| Quadro 2 – Resumo do balanço da Alfa | 54 |
| Quadro 3 – Resumo da demonstração dos resultados da Alfa | 55 |
| Quadro 4 – <i>Rating</i> financeiro..... | 57 |
| Quadro 5 – <i>Rating</i> económico | 58 |
| Quadro 6 – <i>Rating</i> qualitativo: Mercado | 58 |
| Quadro 7 – <i>Rating</i> qualitativo: Histórico do cliente | 58 |
| Quadro 8 – Rácios da Alfa | 60 |
| Quadro 9 – <i>Rating</i> A | 63 |
| Quadro 10 – <i>Rating</i> B | 64 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura I – Pilares do Basileia II | 35 |
| Figura II – Processo de crédito nos bancos de São Vicente | 52 |
| Figura III – Processo de <i>rating</i> | 55 |

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta, constitui um trabalho final de Licenciatura em Contabilidade e Administração, ramo Controlo Financeiro do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais. Apresenta como tema: Análise e avaliação do risco de crédito bancário nas PME's – Utilização do modelo de *rating*.

As instituições financeiras iniciaram a sua actividade visando a protecção e administração de grandes fortunas das pessoas. Com o passar do tempo, começaram a utilizar os recursos das pessoas que estavam em sua guarda para fazer empréstimos a quem necessitava, garantindo desta forma mais uma medida de ganho.

No entanto tais empréstimos apresentavam um certo grau de risco, o que levou as instituições a investirem em medidas ou ferramentas com o intuito de aumentar a protecção contra o incumprimento por parte dos devedores de tais empréstimos. Tais medidas foram denominadas de análise de crédito.

A análise de crédito tem como objectivo avaliar o potencial de retorno do tomador do crédito, garantindo a identificação de clientes com capacidade para honrar os seus compromissos perante a dívida. A essa análise vem associada o risco de crédito, que é um factor que está presente no quotidiano de qualquer empresa, seja ela uma empresa da área financeira, de serviços, comercial ou até mesmo industrial.

A origem do risco é multidimensional, multivariada e só existe em ambientes de incerteza, decorrente de variáveis exógenas e endógenas que não se consegue prever com exactidão. Todavia, há que salientar que os riscos assumidos pelas instituições bancárias diferem de outros tipos de risco, dado o seu cariz sistémico. Eles repercutem-se em riscos que são assumidos indirectamente pelos próprios credores do banco, seus clientes, accionistas e gestores.

Para salvaguardar os interesses dos clientes, credores, assim como de toda a economia, as instituições bancárias regem-se por um conjunto rigoroso de orientações, regulamentos, legislações e supervisão, que grosso modo assegurem que a actividade

bancária não exceda um determinado nível de risco, salvaguardando a sobrevivência da instituição bancária, bem como os interesses dos *stakeholders* e da própria economia envolvente.

É nesse contexto que foi criado o Comité de Supervisão do Basileia, cuja função visa o fortalecimento e supervisão dos sistemas financeiros aderentes. Uma das medidas aconselhadas por essa entidade reguladora é a adopção de um modelo de *rating* interno por parte das instituições bancárias, que tem como objectivo atribuir uma nota que substancia o risco de incumprimento.

O trabalho em questão encontra-se estruturado em cinco partes. Na primeira faz-se a apresentação dos objectivos do estudo, a metodologia de pesquisa e a justificativa do tema.

Já na segunda parte apresenta-se a fundamentação teórica, relacionada com o conceito de crédito, como o enquadramento da actividade bancária, alguns conceitos básicos, principais fundamentos do crédito, política de crédito, e ainda é desenvolvido a questão do risco e das garantias bancárias.

A análise de crédito a empresas e avaliação do risco abarca a terceira parte, onde se aborda o processo de análise de crédito a empresas, algumas ferramentas utilizadas para essa análise e ainda, a questão da qualidade das demonstrações financeiras, que é mais um aspecto a ponderar na análise de crédito.

Por outro lado, a quarta parte do trabalho, trata da questão da utilização do modelo de *rating* pelas instituições bancárias na análise de risco. Tendo em conta que o Basileia figura uma das principais entidades reguladoras das instituições bancárias, apresenta-se também o seu contributo na adopção desse modelo por parte dos bancos. Ainda nesta parte aborda-se a questão metodológica do *rating* e as possíveis escalas de notações de *rating* adoptadas.

A perspectiva prática é apresentada na quinta parte, onde se começa por mencionar a composição do sistema bancário Cabo-Verdiano. De seguida apresenta-se uma

perspectiva prática do trabalho, que é dividida em duas fases. Numa primeira fase interpreta-se o teor das entrevistas conduzidas ao longo do trabalho e numa segunda fase faz-se a apresentação de um modelo de *rating*. Finalmente é tecida algumas considerações finais.

1.1. Escolha e justificação do tema

Para além da motivação de poder colocar em prática conhecimentos adquiridos em alguns pontos curriculares da minha maior preferência nessa licenciatura, a relevância do tema justifica-se principalmente pela preocupação constante das instituições bancárias perante a análise do risco de crédito. Nota-se que no sector bancário o principal risco é o de crédito e nem sempre estas instituições possuem um controlo operacional adequado, gerando retornos indesejáveis. Prova disto é a crise *subprime*, que representa um dos mais marcantes períodos da história económica.

A recessão económica levou os bancos a dar mais sentido a questões de medição e gestão dos seus créditos e a adequação do respectivo capital no que respeita a esse risco. Também os bancos estão a dar cada vez mais atenção à capacidade dos seus clientes em reembolsarem os empréstimos. As apreciações das instituições bancárias perante os riscos associados aos empréstimos estão dependendo cada vez mais das características de cada cliente. E como forma de conhecer o nível de risco de cada cliente individualmente, utiliza-se a técnica de notações financeiras.

As PME's são as principais impulsionadoras da economia, e têm como principal fonte de financiamento o crédito bancário. Portanto, torna-se crucial desenvolver estudos nessa área de forma a permitir as empresas a conhecerem os aspectos e métodos utilizados para analisar o crédito, e assim se adaptarem de forma pró-activa às possíveis mudanças a que o processo de crédito está sujeito.

Estudos nessa área incentivam os leitores a compreender as mudanças que decorrem no cenário dos serviços de financiamento, não só em termos de desafio, mas também como forma de melhorar a qualidade da sua gestão financeira e operacional.

1.2. Objectivo do estudo

Em termos gerais, objectiva-se estudar o processo de análise de crédito e avaliação do risco em instituições bancárias, nomeadamente na concessão de crédito às PME's. Nesse sentido serão abordados tanto os instrumentos como a metodologia de análise de crédito a empresas, com especial ênfase ao método de *rating* interno.

Especificamente destacam-se os seguintes objectivos:

- Estudar se as informações fornecidas pelas PME's às instituições de crédito são suficientes para prever o incumprimento;
- Identificar a importância da informação contabilística no tratamento de informação para análise do *risk rating*;
- Ilustrar o processo de análise de crédito com utilização do modelo de *rating* num banco local;
- Estudar a posição dos bancos locais em relação ao método de *rating*.

Tendo em conta os objectivos procura-se responder às seguintes questões:

- Quais os indicadores mais relevantes na análise de *rating*?
- Ter um *rating* positivo é sinal de ter um crédito aceite?
- Qual o peso da análise de *rating* para aceitação de um crédito?
- Essa análise é eficaz para prevenir o incumprimento?

1.3. Metodologia

Todo e qualquer trabalho científico implica a adopção de uma metodologia que consiste num conjunto de métodos e de técnicas, não só de recolha como também de tratamento de informação, para se alcançar os objectivos pretendidos numa investigação.

Neste sentido, o trabalho em questão representa uma investigação exploratória, buscando demonstrar o processo de avaliação do risco de crédito, com utilização do modelo de *rating*.

Em resposta aos objectivos traçados e como forma de operacionalizar a investigação realizou-se um estudo de caso, que leva o investigador a presenciar aspectos reais. Esta é considerada a estratégia mais adequada quando o ‘como?’ e o ‘porquê?’ são as perguntas centrais, e quando o enfoque está num fenómeno contemporâneo dentro de algum contexto da vida real.

Para obtenção do suporte teórico apoiou-se em fontes bibliográficas, como livros, dissertações, artigos, teses e ainda em informações recolhidas na *internet*.

Já para a elaboração do estudo de caso e como forma de obter conhecimentos acerca do problema para o qual se procura respostas, recorreu-se aos bancos locais de forma a recolher informações junto dos seus colaboradores, nomeadamente os afectos à área de análise do risco de crédito. Para tal, apoiou-se num guião de entrevista, que foi modificada sempre que necessário, mediante o decurso da entrevista.

Segundo Lakatos & Marconi (2007), as pesquisas exploratórias descritivas são estudos exploratórios que tem por objectivo descrever completamente determinados fenómenos, como por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teórica.

Quanto ao estudo de caso, de acordo com Martins & Lintz (2000), o estudo de caso:

“É uma investigação empírica que pesquisa fenómenos dentro do seu contexto real (pesquisa naturalista). O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de colecta de dados: entrevista, questionário, observação participante, entrevista em profundidade, levantamento de dados secundários etc., com o objectivo de aprender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever a complexidade de um caso concreto. Mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objectivo delimitado – problema da pesquisa -, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida plenamente pela análise e pela avaliação quantitativa”.

No entanto há que frisar que as características metodológicas específicas e as circunstâncias inerentes a um projecto de fórum financeiro e institucional, muitas vezes condiciona a pesquisa, o que pode resultar em algumas limitações e dificuldades de adquirir informação relativa às instituições e comprometer o trabalho, limitando assim o seu resultado final.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Enquadramento da actividade bancária

Segundo Amaral *et al.* (1997):

“Há muito tempo que o sistema bancário vem acompanhando, continuamente o desenvolvimento da actividade económica. Adaptando-se e concebendo novas formas de intervenção no financiamento dos investimentos e de captação de novos recursos, os sistemas bancários viram a sua função ser considerada imprescindível com a revolução industrial, desenvolvendo-se essencialmente dentro das suas estruturas nacionais, no âmbito do denominado sistema de intermediação financeira.

O sistema financeiro tem sofrido alterações devido a profundas transformações nas condições de funcionamento da economia mundial, da evolução da tecnologia e devido também a outros factores. No entanto, o crédito bancário, na forma tradicional, continua a revelar-se um óptimo produto, originando uma concorrência cada vez mais agressiva entre um número cada vez maior de operadores, na procura dos elevados resultados que propicia e no alargamento do universo de clientes geradores de novos negócios”.

Caiado A. & Caiado J. (2008), defendem que:

“A actividade bancária terá tido origem religiosa. Quando em períodos de instabilidade ou de ausência prolongada dos cidadãos, sobretudo devido a acções bélicas, que eram os templos com melhor segurança para guardar os seus tesouros e outras riquezas. As actividades religiosas, responsáveis pela segurança desses bens, começaram a pouco

e pouco emprestá-los a quem deles carecesse, no pressuposto de que dessa forma obteriam popularidade junto as comunidades e reconhecimento divino. Essa acção foi imitada por proprietários e comerciantes abastados que, por vezes, nos empréstimos às pessoas mais necessitadas, cobravam juros a taxa manifestamente especulativas, o que terá obrigado as entidades públicas a tomarem medidas para combater essas situações abusivas”.

Pode-se dizer que é desde então que essa actividade tem vindo a sofrer diversas alterações, impulsionada principalmente por fenómenos como a globalização, a liberalização, a inovação e a intensificação da concorrência.

O processo de desregulamentação determinou novas estratégias de cooperação e concorrência das instituições de crédito cuja face mais visível foi a emergência recente de diferentes grupos financeiros e o processo de fusão e aquisições. Quanto a liberalização, este teve efeitos notáveis sobre a estrutura do sector bancário, principalmente no que concerne aos níveis da actividade creditícia, da rendibilidade, inovação de serviços financeiros, a cobertura bancária, as inovações foram rápidas e profundas.

Ferreira (1994) considera que:

“O aspecto fundamental do enquadramento bancário diz respeito à sua regulamentação, na medida em que ela é, sem dúvida, uma das actividades económicas mais regulamentadas em qualquer país, em virtude de ser considerado o principal responsável pela criação de meios de pagamentos do sistema económico nacional. Com essa forte regulação, pretende-se criar um sector bancário sólido e seguro que constitua um elemento estabilizador da economia e que auxilia as instituições no controlo dos respectivos riscos”.

2.2. Principais fundamentos do crédito

Quando se fala da análise de crédito, existem alguns conceitos que devem ser levados em conta. Neste sentido, iremos apresentar uma breve noção de: crédito, crédito bancário, análise de crédito e o limite do crédito.

De acordo com Schrickel (2000), crédito é todo acto de vontade ou disposição de alguém para destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu património a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte à sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado.

A palavra crédito provém do latim *credere*, que significa acreditar, confiar, ou seja, acredita-se que o devedor vai honrar os seus compromissos para com o credor de crédito. Segundo Amaral *et al.* (1997) o crédito é:

“Um acto de troca económica em que alguém – o credor – realiza uma prestação em dinheiro ou em espécie, em determinado momento, a favor de outrem – o devedor – e aceita o risco de a respectiva contraprestação ser referida para um momento ou momentos posteriores, confiando no cumprimento pontual da promessa de reembolso feita pelo devedor, e recebendo um juro como compensação”.

Quanto ao crédito bancário, Nunes (2009) defende que *“é o direito que um banco adquire, através de uma entrega inicial de dinheiro (real ou potencial)¹ a um cliente, de receber desse cliente, o devedor, em datas futuras, uma ou várias prestações em dinheiro cujo valor total é igual ao da entrega inicial, acrescida do preço fixado para este serviço”.*

¹ A entrega real implica a cedência de fundos por parte dos bancos, pela qual este irá cobrar juros e comissões. Na entrega potencial não há cedência de fundos por parte do banco, no entanto, este responsabiliza-se, a pedido do cliente, pelo cumprimento de uma obrigação que o mesmo assumiu perante uma outra qualquer instituição (ex: garantias bancárias).

Pode-se dizer então que, o crédito bancário é um caso particular de crédito, que trata de uma operação comercial que tem como objectivo a realização do lucro.

Segundo Blatt (2000), a análise de crédito é uma ferramenta fundamental para a decisão de crédito, e consiste num estudo da situação global do devedor. Ela possibilita a elaboração de um parecer que demonstra de maneira clara e objectiva o desempenho económico-financeiro do cliente.

Como forma de complementar essa definição, pode-se dizer que, a análise de crédito envolve a habilidade de fazer uma decisão de crédito, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações e informações incompletas. Esta habilidade depende da capacidade de analisar logicamente situações, não raro, complexas, e chegar a uma conclusão clara, prática e factível de ser implementada. (Schrickel, 2000).

O objectivo da análise de crédito é fixar procedimentos de análise, de tal modo que estes identifiquem o grau de risco na concessão de crédito. Objectiva-se também com esta análise desenvolver ferramentas racionais e objectivas para identificar os riscos existentes nas informações e dados dos clientes capazes de diminuir o risco de incumprimento.

Esta análise pode ser feita tanto de forma subjectiva como de forma objectiva, de acordo com o seguinte:

- A análise subjectiva é uma análise baseada na experiência adquirida, no conhecimento técnico e na sensibilidade de cada analista face à viabilidade do crédito. Estes aspectos, conjugados com a informação disponível, que pode ser tanto de fonte interna como externa, vão permitir ao analista apurar a capacidade do cliente para honrar os compromissos assumidos;

- A análise objectiva é uma análise que busca centrar-se nas metodologias estatísticas, com a finalidade de apurar resultados matemáticos que testam a sua capacidade de pagamento. Segundo Santos (2003), *apud* Pires (2010), esta análise

consiste na obtenção de resultados estatísticos, por meio de avançados cálculos que tomam como base inúmeras variáveis. O resultado desses cálculos, por conseguinte, traduz em um número capaz de sumarizar o perfil de crédito de determinado tomador.

Um outro aspecto elementar a considerar na questão da concessão de crédito é o limite de crédito atribuído a um dado cliente, que segundo Sá (1999), *apud* Silva (2011), é o risco máximo que a empresa está disposta a correr para com aquele cliente. Esse limite é quantificado por um prazo de validade limitado e a actuação do cliente deve ser acompanhada de forma que o limite de crédito seja tempestiva e periodicamente reavaliado.

A atribuição do limite de crédito possibilita uma postura proactiva, ou seja, conhecer o cliente, identificar as suas necessidades e os riscos envolvidos antes da concessão de crédito.

Considerando que a definição de risco indica a probabilidade de perda, o estabelecimento de limite de crédito, tem relação proporcional ao risco, sendo que, quanto maior o risco, menor o limite, permitindo assim, a redução da concentração de crédito em clientes de maior risco.

2.3. Elementos definidores do crédito

A capacidade do devedor para reembolsar o serviço da dívida depende em grande parte dos elementos definidores do crédito bancário, portanto aquando da decisão de crédito esses elementos devem ser ponderados.

Existem seis elementos definidores do crédito bancário que segundo Taborda *et al.* (2004), “*não estão isolados entre si, mas correlacionados*”. São estes: a finalidade, o montante, o prazo, os juros o risco e as garantias.

Aquando da solicitação de crédito por parte de um cliente torna-se importante para o banco saber, qual a utilização que o cliente vai dar ao dinheiro. A finalidade de um crédito é o que vai ser adquirido com o montante disponibilizado pelo banco e sua utilização. (Nunes 2009).

Portanto, pode-se dizer que a finalidade de crédito está directamente ligado ao montante solicitado, ou seja este deve ser o suficiente para o cliente adquirir o bem de que necessita.

Nunes (2009) defende que o montante do crédito deve ser justificado por necessidades efectivas e limitado a essas necessidades, sem o que se abre a possibilidade a excessos que poderão ocasionar prejuízos. Portanto, para definir o montante máximo para os empréstimos o banco leva sempre em conta a finalidade.

Quanto ao prazo de reembolso de um crédito, este não deve ser superior à vida útil do bem adquirido, pois não é razoável que o cliente esteja a pagar por algo que já não utiliza.

Portanto, ao definir o prazo de uma operação de crédito, o banco deverá ter em atenção a vida útil do bem a adquirir, à capacidade para gerar fundos e à data em que deverá ser substituído.

A definição do prazo de reembolso do empréstimo é feito no início do contrato e em virtude do tipo e finalidade do empréstimo.

Segundo Taborda *et al.* (2004) de acordo com os prazos de vencimento os créditos bancários são classificado em:

- Curto prazo - quando o prazo de vencimento não excede um ano;
- Médio prazo - quando o prazo de vencimento for superior a um ano e não a cinco;
- Longo prazo - quando o prazo de vencimento exceder cinco anos.

O juro é outro elemento definidor do crédito que deverá ser fixado à partida, pois a taxa de juro aplicada tem a ver com a qualidade do cliente e garantias que o mesmo oferece, isto é, com a sua capacidade negocial, estando também muito dependente das condições de mercado e das taxas de juro praticadas pela concorrência em operações de prazo e natureza idêntica.

Quanto maior for o risco da operação, maior será o preço a cobrar. (Amaral *et al.*, 1997).

Para Silva (2006), o risco de crédito é a probabilidade baseada em dados históricos de se estimar diferentes resultados, cabendo ao tomador de decisões julgar a aceitabilidade das decisões. Já na óptica de Nunes (2009), “ *o risco de crédito é o prejuízo potencial decorrente da operação, isto é, que terá lugar se os termos do acordo não forem cumpridos*”. Segundo esse mesmo autor, não existe crédito sem risco. Sendo, o crédito um direito a receber um determinado montante, no futuro, é sempre possível que devido às mais variadas circunstâncias, o banco se veja confrontado com atrasos nas cobranças ou, na pior das hipóteses, com situações de não conseguir recuperar o crédito.

No que respeita às garantias, Nunes (2009) diz que, “*a principal garantia do crédito bancário deverá ser a própria finalidade do mesmo, a qual deverá libertar fundos, ao longo do tempo, susceptíveis de fazer face, no (s) momento (s) certo (s), à satisfação da dívida contraída*”.

Amaral *et al.* (1997) defendem que a garantia é uma segunda linha de defesa, uma reserva a que os bancos podem recorrer se o negócio entrar em perda, com pouca ou nenhuma possibilidade de recuperação.

2.4. Políticas de crédito

A política de crédito expressa um conjunto de normas de índole comercial, financeira e internacional, segundo o qual se deve reger a gestão de crédito de uma dada organização. (Carvalho, 2009).

Para Schrickel (2000), a política de crédito deve ser realista em relação ao mercado, mutável ao longo do tempo e auxiliadora da concretização de negócios.

O objectivo de uma política de crédito é certificar que os devedores paguem mediante um acordo prévio, portanto deve-se levar em consideração todos os factores que interferem no processo decisório de crédito, principalmente no que concerne ao risco. O risco é um factor que está sempre presente em matéria de crédito, seja em maior ou menor grau. Portanto o resultado da análise de risco deve ser enquadrado na política de crédito do banco antes de se tomar a decisão final.

A decisão de uma política de crédito visa limitar e diversificar o risco de crédito. Esta limitação é conseguida através da restrição dos montantes de crédito por cliente e da selecção das propostas de crédito, de acordo com os critérios pré-estabelecidos.

As políticas de crédito podem ser consideradas linhas de orientação que norteiam o processo decisório de crédito, formuladas com perspectiva de longo prazo. Elas variam de empresa para empresa e são alteradas em função dos mais diversos factores, como condição do mercado, eficiência administrativa, liquidez de caixa e entre outros elementos.

2.4.1. Tipos de política de crédito

Para Carvalho (2009):

“A classificação da política de crédito adoptada é feita em função do grau de tolerância ao risco de crédito e, por consequência, da exposição que a organização está disposta a assumir face a esse risco, em contrapartida de uma determinada rendibilidade. Como tal – e porque dificilmente encontrarão o mesmo contexto, tanto interno como externo, - é muito improvável haver duas organizações com políticas de crédito iguais”.

O autor ainda defende que é possível estabelecer uma agregação dos tipos de políticas adoptados, em que uma das classificações vulgarmente empregues os distribui, por ordem decrescente da tolerância do risco em:

- Política liberal - enquadram-se aqui as políticas que visam estimular o crescimento do volume de negócios, utilizando como ferramenta a flexibilização das condições do crédito, quer em termos da sua aprovação, quer em termos dos prazos conseguidos;
- Política moderada - neste caso não existe flexibilização total das condições de crédito, pois o risco total da carteira de crédito é acompanhado;
- Política restritiva - no extremo inferior de tolerância ao risco estão as políticas restritivas, que têm como finalidade primordial minimizar o valor dos incobráveis, através de um processo de controlo apertado ao longo de todo o ciclo de crédito, desde a concessão até à cobrança.

2.5. Garantias

As garantias já haviam sido mencionadas quando abordamos a questão dos elementos definidores do crédito. No entanto, tendo em conta a importância que estes têm na análise e avaliação do crédito bancário, consideramos pertinente desenvolver um ponto sobre esta questão.

Segundo Santos (2003), citado por Pinto & Martins (2006), as garantias podem ser definidas como a vinculação de um bem ou de uma responsabilidade conversível em numerário que assegura a liquidação do crédito. O objectivo da garantia é o de impedir que factores imprevisíveis impeçam a liquidação do crédito, reduzindo assim o risco pelo qual o credor está sujeito, ou seja, as garantias têm como objectivo dar reforço a segurança das operações.

As garantias são mais uma forma de diminuição do risco, portanto durante uma operação de crédito elas deverão ser examinadas em conjunto com outras informações do cliente, obtidas a partir de outras análises.

Existem dois tipos de garantias:

- Garantias Intrínsecas ou gerais – decorrem do artº. 601º do Código Civil Caboverdiano (n.d.), que reza: “*pelo cumprimento da obrigação respondem todos os bens do devedor susceptíveis de penhora, sem prejuízo dos regimes especialmente estabelecidos em consequência da separação dos patrimónios*”.

Ao exercer a sua capacidade creditícia, os bancos adquirem determinadas garantias que são intrínsecas às próprias operações de crédito e que lhes advém da própria lei, particularmente o direito de executar o património do devedor. Por outro lado, o mutuário, ao contratar com o banco uma operação de crédito, fica obrigado a determinados procedimentos, os quais estão geralmente expressos no documento que serviu de suporte à operação (título comercial, contratos de empréstimo, entre outros).

Caso a garantia intrínseca à própria operação de crédito não se afigurar suficiente para a efectivação da operação, mas for considerada praticável do ponto de vista económico-financeiro, os bancos podem reforçá-la com garantias acessórias.

- Garantias Acessórias ou Especiais – quanto a estas garantias, Taborda *et al.* (2004) defendem que:

“As garantias acessórias deverão ser consideradas como uma segurança adicional contra imprevistos e não como o elemento preponderante na decisão de qualquer operação bancária. Se a proposta de crédito apresentada pelo cliente ao banco não for equilibrada e exequível e não tiver garantias acessórias sólidas que permitam a execução rápida em caso de incumprimento (por parte do devedor), é preferível o banco recusar, desde logo, o pedido da operação.”

Dentro deste tipo de garantia iremos encontrar as garantias pessoais e as garantias reais.

As garantias pessoais são para Taborda *et al.* (2004) “*aquelas em que outra ou outras pessoas, para além do devedor, ficam responsáveis, mediante a abstricção dos seus patrimónios, ao cumprimento da obrigação*”. As duas principais garantias pessoais são o aval e a fiança.

Segundo Nunes (2009) o aval consiste numa garantia pessoal dada por terceiros ao pagamento total ou parcial de dívidas expressas em certos títulos de crédito (letras, livranças, cheques e extractos de factura). Já a fiança, o autor defende que “*existe quando uma pessoa, o fiador se responsabiliza pelo cumprimento de uma obrigação, mediante a abstricção do seu património, no caso de o devedor não cumprir*”.

Quanto às garantias reais, estas são consideradas para Taborda *et al.* (2004) como sendo, aquelas que conferem ao credor o direito de fazer pagar, de preferência a outros credores, pelo valor ou rendimento de certos bens do próprio devedor ou de terceiros, ainda que esses bens venham a ser transferidos, o que acontece desde que a garantia tenha sido registada.

Segundo esse mesmo autor, como garantias reais iremos encontrar: a hipoteca, o penhor mercantil e a consignação de rendimentos:

- Hipoteca – trata-se de uma garantia real que confere ao credor o direito de ser pago pelo valor do bem hipotecado, pertencente ao devedor ou a terceiros, com preferência sobre os demais que não gozem de privilégio especial ou de propriedade de registo;
- Penhor mercantil – confere ao credor o direito à satisfação do seu crédito, bem como dos juros, se os houver, com preferência sobre os demais credores, pelo valor de certa coisa móvel, ou pelo valor de créditos ou outros direitos não hipotecáveis, pertencentes ao devedor ou a terceiro;

– Consignação de rendimentos – ocorre quando o devedor garante o cumprimento da obrigação e/ou o pagamento dos juros, mediante a cessão dos rendimentos de outros bens imóveis, ou de móveis.

2.6. Risco de crédito

Já vimos que, a concessão de crédito manifesta-se na disponibilidade de um valor presente mediante um compromisso de pagamento desse mesmo valor no futuro, que pressupõe a confiança na solvabilidade do devedor, portanto o risco de crédito é o risco de perda quando há incapacidade de contrapartida numa operação de concessão de crédito.

Porfírio (2003), também compartilha dessa definição, pois para ele, “o risco de crédito tem a ver com a possibilidade de uma contraparte, emitente ou devedor falhar com o compromisso das suas obrigações pecuniárias”.

Esse autor defende ainda que existe uma grande dificuldade na medição do risco de crédito em sentido geral, na medida em que, na sua generalidade, os eventos associados a esta situação ocorrem em situações de “não mercado”².

Pode-se dizer então que este risco está intimamente relacionado com factores internos e externos à empresa, que podem prejudicar o pagamento do crédito concedido.

Sendo assim, na concessão de crédito o credor deve estar sempre atento às diversas variáveis relacionadas aos riscos do cliente e da operação. Na actividade creditícia o risco está sempre presente e a promessa de pagamento pode não ser satisfeita.

²Situações que ocorrem no campo das relações bilaterais ou multilaterais entre duas ou mais instituições e, por isso, não tendem a ser do conhecimento do mercado.

Segundo Schrickel (2000), o risco significa incerteza, imponderável, imprevisível, e estes situam-se necessariamente e unicamente, no futuro.

Paiva (1997) *apud* Ramos (2008), defende que a avaliação do risco de crédito é reflexo da multiplicidade, qualidade e origem das informações disponíveis para o analista. A análise e administração do risco estão baseadas no processamento das informações sobre o proponente de crédito.

Actualmente, as novas técnicas para mensuração do risco de crédito, aliadas ao avanço dos recursos tecnológicos, são de suma importância para auxiliar o analista na tomada de decisões. O objectivo maior dos modelos de mensuração do risco de crédito está em criar estimativas das probabilidades de os créditos serem pagos, permitindo, por meio do controlo das variáveis utilizadas, a definição de um critério que vise a maximização das receitas ou a minimização das perdas, fornecendo uma base estatística satisfatória para comprovação das decisões.

No momento de fornecer crédito as instituições bancárias devem estar conscientes dos riscos que estão a incorrer, na medida em que, são vários os riscos que influenciam as operações de crédito. Em traços gerais pode-se dizer que são quatro tipos³:

- Risco de mercado - além de depender de como o preço de um activo reage frente às condições de mercado e volatilidades e correlações os factores que o influenciam, pode ser dividido ainda em quatro grupos: Risco do mercado de câmbio, risco do mercado de juros e risco de mercado de *commodities*;
- Risco legal - está relacionado à impossibilidade de se resgatar um contrato legalmente amparado que gerou perdas significativas para a empresa/banco;
- Risco operacional - diz respeito às perdas decorrentes de falhas de agenciamento e no controlo das operações. Este risco compreende: risco de operações, risco organizacional e risco de pessoas;

³ Duarte (1993). *Risco: Definição, tipos, medição e recomendações para o seu gerenciamento*. Director, Gerenciamento de risco corporativo. Unibanco S.A. Disponível em <http://risktech.com.br>.

– Risco de crédito - é o risco que mais nos interessa nesse trabalho, e diz respeito às possíveis perdas que podem ocorrer caso um cliente não cumpra suas promessas assumidas. Esse risco pode ser também dividido em três subgrupos:

- O risco político, quando são aplicadas restrições ao fluxo livre de capitais entre os agentes que compõe o sistema financeiro tanto nacional como internacional;
- O risco do país em relação ao outro, está associado ao risco que uma instituição financeira que trabalha com clientes estrangeiros poderá incorrer, caso os governos desses países (estrangeiros) coloquem restrições à saída de fundos para fora;
- O risco da falta de pagamento que é basicamente a possibilidade de o cliente faltar com as suas obrigações.

3. ANÁLISE DE CRÉDITO A EMPRESAS E AVALIAÇÃO DO RISCO

3.1. Processo de análise de crédito

O processo de análise de crédito é bastante complexo, independentemente de onde actua a empresa, operacionalizar um sistema de gestão de crédito, implica antes de mais, o conhecimento e especificação da missão e dos objectivos que se espera vir atingir.

De acordo com Baptista (2004) a gestão de crédito deverá implantar os passos necessários para traduzir, de uma forma ampla, princípios flexíveis, em orientações que possam ser usadas pelo pessoal de crédito das operações de diárias do departamento.

3.1.1. Tipos de informação a obter do cliente

Para Taborda *et al.* (2004), as informações que o banqueiro deve procurar obter do cliente são basicamente as seguintes:

- Nível de financiamento pretendido;
- Período em que o financiamento é necessário;
- Modalidades e montante das informações previstas;
- Objectivos do crédito;
- Activos que são objecto de financiamento e seu plano de exploração;
- Detalhe sobre os produtos, mercados, clientes, fornecedores; aspectos operativos da actividade; número de empregados; descrição da estrutura de gestão, lista de gestores;
- Informação de base: contas auditadas (3 a 4 anos); relações bancárias e comerciais; protecção oferecida e sua avaliação; contas intercalares.

Devido à falta de garantias reais, e tendo em conta a intenção dos bancos em obter mais informações dos clientes que possam servir de subsídios para a redução do risco, as PME's são submetidas a um sistema especialista designado de C's do crédito.

Esse sistema consiste em analisar alguns aspectos relativos ao requerente de crédito e é considerado o método mais empregue pela maioria das instituições financeiras.

Segundo Neves (2000), essa metodologia pretende definir procedimentos que conduzam à recolha de informação sobre as variáveis relevantes do risco de crédito e que estas sejam analisadas e ponderadas de forma consistente.

A partir da ficha cadastral preenchida no acto do pedido de crédito e da qual é feita a formalização do contrato, uma análise técnica é gerada junto com as seguintes variáveis:

- Carácter do devedor, no que se refere ao seu empenhamento em cumprir os compromissos assumidos;
- Capacidade legal do devedor em assumir os compromissos financeiros;
- Capital que confere ao devedor capacidade de endividamento e flexibilidade financeira;
- Condições do meio ambiente que podem afectar a capacidade do devedor em cumprir com os compromissos financeiros assumidos;
- Colateral sobre o valor dos activos que garantem o pagamento da dívida, ou seja, refere-se às garantias que o cliente pode oferecer, como forma de atenuar o risco da operação;
- Controlo que o devedor tem sobre a gestão financeira e operacional, tendo por base o sistema de informação utilizado e o ambiente económico.

Estas variáveis supra indicadas, são conhecidas, segundo Neves (2000) como o sistema dos 6C's, este sistema, embora tenha um carácter tradicional, apresenta algumas desvantagens referentes à quantificação do risco de crédito para as instituições financeiras. Tratando-se de um modelo baseado numa opinião subjectiva, cada analista tem a sua forma de interpretar e qualificar as seis áreas.

3.2. Ferramentas da análise de crédito

Já vimos, que um dos objectivos da análise de crédito é desenvolver ferramentas racionais e objectivas que possibilitam a identificação dos riscos existentes nas informações e dados dos clientes capazes de diminuir o risco de incumprimento.

3.2.1. Análise qualitativa

Conforme Amaral *et al.* (1997), para que o analista de crédito possa formular uma opinião sobre a empresa e identificar convenientemente os riscos de negócio que poderão afectar a relação de crédito, deverá procurar, ao mesmo tempo:

- Entender a envolvente externa que rodeia a empresa,
- Analisar as características internas relacionadas com o funcionamento da mesma.

Sendo assim, a avaliação qualitativa passa pela análise de diversos factores, nomeadamente ao nível da gestão, da indústria e da estratégia adoptada pelas empresas.

No que concerne à gestão, Nunes (2009) defende que:

“Compete à gestão de uma empresa desenvolver todos os esforços necessários para maximizar o valor económico dos activos da empresa”. Isto significa que a gestão da empresa é responsável pela sua evolução e a sua avaliação, é um elemento importante na análise de crédito. É necessário conhecer os gestores da empresa, ao nível da sua idoneidade quer individual quer da sua capacidade de gestão.”

Na análise da gestão, o analista classifica a qualidade da gestão da empresa, pondera o cumprimento das responsabilidades da empresa para com os seus financiadores, a gestão de recursos e a preocupação com o consumidor.

O conhecimento desses aspectos será mais um facto a ponderar na decisão de crédito, pois, segundo Nunes (2009), *“uma equipa de gestão cujo desempenho não mereça a confiança do banco deve ser motivo para rejeição de uma proposta de crédito”*.

A indústria é outro aspecto a ter em conta na análise qualitativa.

“A sua análise permite determinar alguns elementos importantes para a evolução da empresa, tais como: ciclos de actividade; nível global de crescimento, rendibilidade global da indústria, concorrência: (quem são os concorrentes? quantos são? quais são os pontos fortes e fracos de cada um em relação aos outros? quais são as suas estratégias?), factores de sucesso da indústria e regulamentação específica da indústria”.
(Nunes 2009).

No que toca à envolvente externa, esta consiste numa avaliação das diversas variáveis da envolvente da organização de forma a avaliar a atractividade do sector e de forma a fornecer pistas para a formulação dos objectivos organizacionais e para ajudar na escolha das estratégias a seguir.

Para o autor supra citado:

“Cada indústria é influenciada por factores externos, cujo impacto deve ser avaliado. A indústria pode ser influenciada por factores políticos, geográficos e climáticos, culturais, macroeconómicos, demográficos, legais e tecnológicos. Neste domínio podem salientar-se aspectos como inflação/deflação, crescimento económico, emprego, balança de pagamentos, hábitos culturais do país/região, crenças e religião, nível de instrução médio da população”.

A estratégia organizacional é mais um factor a considerar na análise qualitativa. Para António (2006), *“o objectivo da estratégia organizacional consiste no estudo das relações das organizações (como um todo) com o seu meio envolvente, numa perspectiva de longo prazo”*.

3.2.2. Análise quantitativa

Os indicadores de ordem quantitativa utilizados pelos bancos para a análise do risco de crédito normalmente revelam o desempenho da empresa analisada no período de referência. Esses indicadores, normalmente traduzem informações sobre a situação passada da empresa e podem traduzir expectativas do banco sobre o sucesso da empresa.

Conforme Securato (2002) *apud* Eifert (2003) a análise quantitativa procura obter indicadores de desempenho e da situação financeira da empresa com base em demonstrativos financeiros passados; indica a tendência da empresa e da adequação das estratégias financeiras, permitindo apontar, em condições *ceteris paribus*, qual a perspectiva, em futuro próximo, do desempenho da empresa.

Segundo Amaral *et al.* (1997) a análise financeira é o lado quantitativo da análise de crédito e que em termos gerais, este subdivide-se num conjunto de abordagens, técnicas e metodologias, utilizáveis no diagnóstico estratégico da empresa, que ajuda a perspetivar o futuro no médio/longo prazo.

Já na óptica de Nunes (2009), para a realização da análise quantitativa, o analista de crédito recorre a informações fornecidas pela empresa, mais concretamente à informação contabilística, como: mapas contabilísticos, informações contidas nas anotações e comentários aos balanços e relatórios dos auditores.

Com base nestes mapas, o analista de crédito pode fazer uma avaliação quantitativa da empresa, recorrendo à técnica de análise financeira, que consiste na análise do balanço, dos resultados, dos rácios e ainda dos *cash flow's*.

O balanço é para Nunes (2009), “*um documento contabilístico que expressa a situação patrimonial de uma empresa, em determinada data*”.

Já Silva (2006), apresenta uma definição mais completa, pois para ele:

“O balanço retrata a posição patrimonial da empresa em determinado momento, composto por bens, direitos e obrigações. O activo mostra onde a empresa aplicou os recursos, ou seja, os bens e direitos que possui. O passivo mostra de onde vieram os recursos provenientes de terceiros e os próprios. Os recursos próprios podem ser originários de capital colocado na empresa pelos sócios ou de lucro gerado pela empresa.”

A informação fornecida pelo balanço é bastante limitada, dado reportar-se a uma data específica e sem mencionar acerca da actividade da empresa. Assim, este tipo de análise apenas incide sobre a estrutura do próprio balanço, permitindo avaliar se a empresa cumpre algumas regras básicas:

- No curto prazo, os activos correntes devem ter valor suficiente para, após a sua transformação em dinheiro, liquidar os passivos correntes;
- No médio/longo prazo, os activos fixos devem ser totalmente cobertos por capitais permanentes. (Nunes 2009)

Quanto à demonstração dos resultados, Silva (2006) defende que este, *“evidencia o resultado obtido pela empresa no período, isto é, o lucro ou prejuízo. Esse mapa, acumula as receitas, os custos e as despesas relativas a um período de tempo mostrando o resultado e possibilitando conhecer os seus componentes principais”*. Neves (1995) por sua vez, defende que *“a demonstração dos resultados é um documento de avaliação de desempenho económico no referido período, que possibilita avaliar a rentabilidade das vendas, a rentabilidade dos capitais investidos representados no balanço, mais concretamente a eficiência económica”*.

Segundo Nunes (2009), na conta de resultados a empresa regista todos os proveitos e todos os custos que têm ao longo do tempo. Com esta análise podemos identificar o modo como o resultado se forma dentro da empresa e avaliar a sua capacidade para, através da sua actividade normal, gerar o lucro necessário à sua estabilidade futura. Nesse sentido, o autor ainda acrescenta que, *“o resultado operacional é, assim, a*

componente mais significativa do resultado da empresa. É ele que vai permitir o pagamento dos custos financeiros e suportar perdas extraordinárias”.

Uma outra técnica da análise quantitativa é a dos rácios e segundo Barnes (1987) *apud* Silva (2011), estes são utilizados para vários efeitos. Incluem a avaliação da capacidade de uma empresa para pagar as suas dívidas, a avaliação do negócio e do sucesso de gestão e até mesmo o regulamento legal do desempenho da empresa.

Os rácios são relações entre rubricas do balanço e da conta de resultados, permitindo ilustrar a análise de balanços e da conta de resultados e fazer a relação entre ambas. (Nunes, 2009).

Na óptica de Correia (2004), os rácios constituem um importante instrumento de apoio à análise e gestão de empresas, na medida em que permite sintetizar volumes abundantes de informações e estabelecer uma base de comparação do seu desempenho económico e financeiro das empresas e sua evolução no tempo.

Pode-se dizer que os rácios são os indicadores económicos e financeiros mais utilizados, sendo os indicadores económicos aqueles que possibilitam a análise do desempenho da empresa, através da comparação entre resultados gerados e a sua origem, e são financeiros quando se trata da análise patrimonial da empresa que permitirá detectar as origens dos financiamentos e as suas aplicações.

Os rácios são utilizados por diversos agentes económicos incluindo os bancos. Na análise de crédito estes indicadores são considerados importantes uma vez que eliminam subjectividade.

Inúmeros são os rácios utilizados na análise de crédito mas, os considerados mais importantes são:

- Rácios de alavanca financeira e risco – Identificam o risco em que se incorre caso se conceda crédito a empresas, sendo por isso muito utilizado na análise de crédito.

No fundo, incidem sobre as dívidas que a empresa contraiu e o seu impacto na sua actividade.

Exemplo de rácios de alavanca financeira e risco⁴:

- a) Endividamento – determinam o nível de utilização de capital alheio por parte da empresa no financiamento da sua actividade;
- b) Autonomia financeira – mostra em que proporção a empresa utiliza os meios próprios que estão à sua disposição. O grau de autonomia varia em consequência da variação do capital alheio e/ou do capital próprio;
- c) Solvabilidade – Traduz a capacidade da empresa em fazer face aos compromissos a médio e longo prazo. Tal como os dois rácios já apresentados, revela o grau de independência da empresa em relação aos seus credores.

– Rácio de liquidez – segundo Correia (2004), *“a liquidez da empresa depende não só da relação entre os montantes dos capitais circulantes e do exigível a curto prazo, mas também dos prazos de disponibilização dos primeiros e de exigibilidade dos segundos”*.

São rácios utilizados pelos bancos quando estes estão a conceder empréstimos para um prazo curto, preocupando-se mais com a capacidade de reembolso da dívida do que com a forma de cobertura global do activo. (Neves, 1995).

– Rácios de rendibilidade – Segundo Nunes (2009) estes *“relacionam resultados da empresa com as vendas que lhes dão origem, com os activos utilizados para os obter e com os capitais investidos pelos sócios/accionistas da empresa. Como exemplo de rácios de rendibilidade, podemos apresentar”*:

- a) Rendibilidade dos capitais próprios – é considerada um indicador de eficiência privilegiada por investidores, sócios e accionistas. Quanto mais

⁴ Correia (2004). *Finanças empresariais*. 1ª Edição. Lisboa;

elevado for o valor desse rácio, maior é a capacidade de auto financiamento e portanto mais forte e rapidamente pode melhorar a solvabilidade da empresa.

b) Rendibilidade do activo - é o rácio de avaliação do desempenho dos capitais totais investidos na empresa, independentemente da sua origem (próprios ou alheios).

A análise de *cash flow* é muito importante como ferramenta de análise de crédito. “*É a caixa que reembolsa os empréstimos e paga os juros, pelo que a análise da capacidade das empresas para gerar caixa com as suas actividades deve ser a principal preocupação do analista de crédito*”. (Amaral et al., 1997).

Nunes (2009) defende que a rendibilidade de uma empresa mede-se pelo seu lucro contabilístico. Mas o lucro nem sempre corresponde a dinheiro, e uma empresa pode ter condições de rendibilidade e não ter fundos disponibilizados para assegurar o pagamento das suas dívidas, nomeadamente do crédito bancário.

Como já foi dito o interesse do banco é saber se o cliente terá capacidade financeira para assegurar o seu compromisso assumido, mais concretamente, o banco quer saber se o cliente terá dinheiro para assegurar o serviço da dívida. Para tal o banco recorre à situação de tesouraria da empresa, pois este é o elemento mais adequado para avaliar se o cliente terá dinheiro disponível nas datas certas, para honrar o seu compromisso.

De uma forma geral, pode-se dizer que é importante fazer a análise dos *cash flow's* em termos funcionais, de forma a identificar o modo como a empresa gera fundos e como os aplica.

3.2.3. Rating

O desenvolvimento das metodologias de análise e os suportes tecnológicos que têm vindo a ser disponibilizados permitiram a criação de modelos de avaliação de risco que podem ser automatizados. Portanto, para a avaliação do risco de operações de crédito

utilizam-se modelos de *rating*, que atribuem, a cada operação, uma notação que identifica o nível de risco associado. (Nunes 2009).

Segundo Bastardo (1992), o *rating* ou notação do risco de crédito é uma medida estatística da probabilidade de ocorrência de factos não abonatórios para a empresa e respectivos credores, pois impossibilitam o cumprimento das suas obrigações financeiras. Esse mesmo autor acrescenta ainda que “o *rating* é uma opinião ou mesmo um juízo de valor sobre a capacidade de a empresa assumir os seus compromissos financeiros. Constitui, pois, mais um elemento de análise fundamental, por forma a tomar decisões de investimento acertadas, quer em acções quer em obrigações”.

Para o autor supra citado o *rating* aborda e combina vários aspectos:

- Inserção na economia – vocação exportadora/importadora e correlação do negócio com os ciclos económicos;
- Inserção no sector – quota de mercado, imagem, vantagens concorrenciais e comparativas;
- Informações económicas e financeiras – cobertura dos activos, o fundo de maneiio e as necessidades de fundo de maneiio, o peso e a cobertura dos custos fixos, os rácios de funcionamento e de rendibilidade;
- Aspectos qualitativos e *management* – qualidade dos gestores, como o perfil, a capacidade e experiência.

Pode-se dizer que o *rating* é uma metodologia de análise de crédito que avalia uma série de factores, tendo em conta atributos e qualificações predefinidas, atribuindo uma nota a cada um desses factores e uma nota final ao conjunto destes. Com base nesta nota, o risco é classificado (*rating*), podendo assim a instituição determinar o valor a conceder ao solicitante.

O *rating* será objecto de estudo no próximo capítulo, onde daremos a conhecer as modalidades e processo de *rating*, as escalas das notações, os critérios utilizados para o

seu cálculo e outras informações consideradas necessárias para perceber essa ferramenta de análise de crédito.

3.3. Credibilidade das DF's na avaliação do risco

A avaliação do risco de incumprimento é um dos principais determinantes do custo de um financiamento, portanto deve ser feita de forma adequada e de qualidade. Sendo assim, pressupõe que a informação proporcionada pela empresa solicitante de crédito traduza de forma clara a sua realidade económica e financeira.

A possibilidade de que a informação fornecida não seja de qualidade, por não permitir uma correcta avaliação dos fluxos de caixa futuros da empresa, representa um factor de risco adicional para as instituições bancárias.

Uma forma de assinalar uma informação de qualidade é sujeitar as demonstrações financeiras a auditorias externas. Assim os bancos estariam a reduzir o risco de informação e conseqüentemente o custo do financiamento, o que seria uma vantagem não só para os bancos como também para os clientes.

No entanto, o gestor de crédito não pode esperar por informações baseadas em verdades absolutas e sem as quais não assuma decisões. Se assim o fizer dificilmente tomará qualquer resolução. (Baptista 2004).

O autor supra citado, defende ainda que o gestor de crédito na posse de toda a informação necessária e após verificar que essa informação é actual e merecedora de toda a credibilidade, não pode esperar que a decisão que venha a tomar, na concessão de crédito, esteja totalmente imune de risco.

De salientar que a presença de uma empresa no mercado de capitais é, à partida, um factor significativo de mais e melhor informação fornecida pela empresa.

Segundo Booth (1992) citado por Carmo *et al.* (n.d.), as empresas com valores cotados na bolsa beneficiam de menores taxas de juros nos empréstimos bancários, relativamente a empresas sem valores cotados, caso das PME's. Verifica-se ainda que esta vantagem é maior para empresas cujas obrigações têm melhores notações de crédito, dado tratar-se de informação adicional acerca da situação económica e financeira da empresa.

As PME's devem primar pela qualidade de apresentação das suas informações financeiras, sendo que este é mais um aspecto a ponderar pelos bancos na concessão do crédito. Paraphrasing Baptista (2004), *“o risco existirá sempre e a probabilidade de ele existir é maior nos casos em que a informação é deficiente”*.

Para esse autor uma forma de reduzir o risco é estar perante um gestor de crédito com experiência. Mas, em nenhum momento essa experiência deva substituir as informações de crédito.

4. MÉTODO DE RATING INTERNO

4.1. Contributo do Basileia

4.1.1. Basileia I

Com o final da Grande Depressão nos anos 30, surgem preocupações relacionadas com a regulação e supervisão do sistema bancário. Nesse sentido, vários bancos estabeleceram medidas para garantirem a sua *performance*, entre as quais:

- Medidas que garantissem a solvabilidade do sistema financeiro;
- Medidas de prudência para salvaguardar a liquidez do sistema bancário;
- Medidas que garantissem os depósitos com o objectivo de aumentar a confiança dos depositantes;
- Intervenção directa em situações de risco de falência dos bancos;
- Medidas de refinanciamento que garantissem, em último caso que, os bancos, apesar da perda de confiança dos depositantes, continuassem a funcionar.

A necessidade de regulação e supervisão do sistema bancário a crise económica atravessada por vários países industrializados nos anos 70 e 80 levaram algumas das maiores potências económicas a apelar por uma harmonização dos padrões de supervisão bancária. Nesse sentido, juntamente com o esforço conjunto das entidades supervisoras dos Estados Unidos e do Reino Unido foi criado em 1988, o Acordo de Basileia I para o cálculo do capital regulamentar, com os seguintes objectivos:

- Garantir a segurança e solvabilidade do sistema bancário, aconselhando as instituições bancárias a assumir níveis reforçados de capitais;

- Facilitar a convergência de práticas de supervisão num número alargado de países e diminuir as desvantagens competitivas consequentes das diferenças estruturais entre os sistemas financeiros de vários países.

Segundo Carvalho (2009), o Basileia I estabeleceu os níveis mínimos de solvabilidade para o sistema bancário internacional, contribuindo assim para reforçar a solidez e estabilidade do mesmo. Por outro lado, tinha como objectivo diminuir as fontes de desequilíbrio competitivo entre os bancos e os sistemas bancários nacionais.

No entanto, esse acordo apresenta algumas limitações, sendo assim criticado por alguns autores.

4.1.2. Basileia II

Na sequência das distorções criadas pelo Acordo de Basileia de 1988, bem como das transformações nos mercados financeiros a nível internacional que tornam o perfil de riscos das instituições bancárias cada vez mais complexo, em Junho de 1999, o comité de Supervisão Bancária propôs a primeira revisão do acordo vigente, aperfeiçoado posteriormente em Janeiro de 2001 e em Abril de 2003.

Ciente das críticas apresentadas a Basileia I, o Comité da Basileia emitiu, em 1999, a primeira versão de uma proposta de substituição ao primeiro acordo. Após três versões consultivas, em 2004, foi publicado o novo acordo de capital, o Basileia II, que passou por algumas alterações até a sua versão mais recente de 2006.

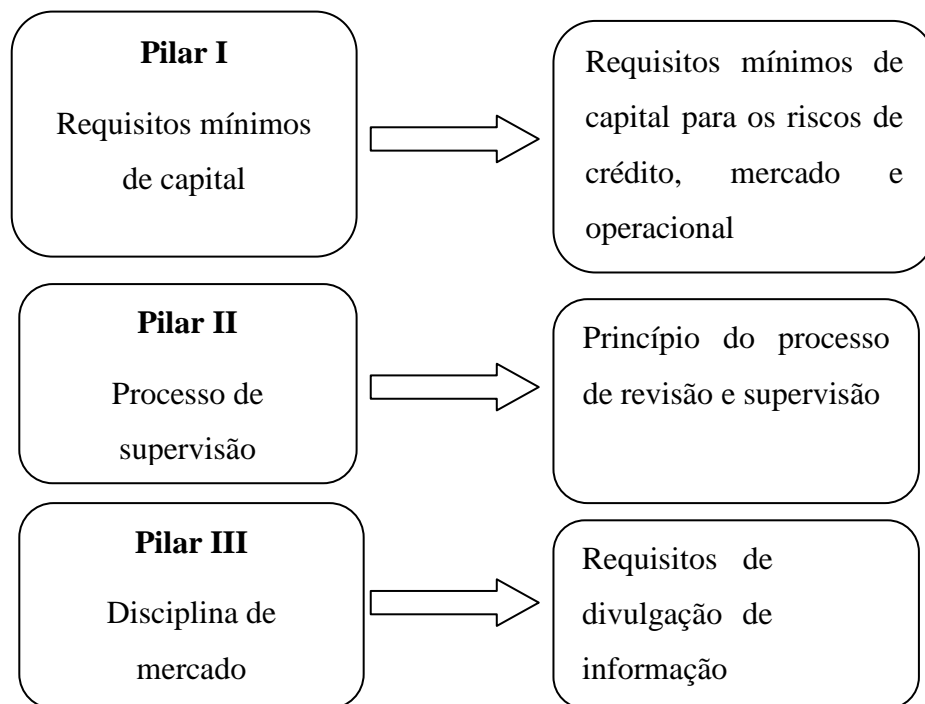
Segundo Carvalho (2009):

“A este novo acordo estiveram subjacente alguns princípios, nomeadamente tornar os requisitos de capital mais sensíveis ao risco, por exemplo fazendo variar o nível de capital de cada entidade com o perfil de risco por ela assumido ao longo do tempo. Para além deste

princípio, o Basileia II procurou criar espaço para a actuação das autoridades de supervisão e para a disciplina de mercado, bem como primar a capacidade de cada instituição mensurar e gerir o risco.”

Assim, o novo acordo de Basileia considera não apenas o risco de crédito, como também os riscos de mercado e pela primeira vez, passam a ser considerados os riscos operacionais da actividade bancária. Também foram introduzidas alterações à forma de avaliação do risco de crédito. Essas alterações culminaram na definição de três pilares, interligados, que em conjunto contribuem para a solidez e fortalecimento do sistema financeiro. Estes três pilares resumem-se na figura a seguir indicada.

FIGURA I – Pilares da Basileia II



Fonte: Elaboração Própria

De acordo com Carvalho (2009):

“No pilar I encontra-se determinado o nível mínimo de capital (8%) para a cobertura dos riscos de crédito, operacional e de mercado. Face ao Basileia I, a exposição do risco de crédito ficou mais sensível ao risco efectivo e, adicionalmente, foi introduzido o risco operacional. Tendo sido concedida a possibilidade de utilização de várias abordagens para medir o risco de crédito, passaram a ser admitidos métodos mais refinados de estimação do nível de exposição a esse risco, estando prevista a possibilidade de tais métodos serem conduzidos internamente, desde que devidamente identificados”.

Quanto ao processo de supervisão o autor supra defende que, “abordando a convergência e proporcionando uma orientação em relação aos processos de supervisão, para além de procurar incentivar a adopção das melhores práticas de gestão de risco, o pilar II pretende fomentar uma maior transparência no processo de cálculo, bem como um papel mais activo dos supervisores”.

No que concerne ao pilar III Carvalho (2009) defende que, *“através dos custos de endividamento e do valor de mercado das instituições financeiras, existe tendencialmente uma recompensa ou penalização das suas práticas de gestão da respectiva exposição ao risco, em função da solidez revelada”*. Segundo esse mesmo autor, “para que tais práticas sejam convenientemente avaliadas, é indispensável que haja prestação de informação ao mercado e ao público em geral”.

Neste sentido, é relevante a publicação de relatórios financeiros com informação acerca dos riscos e da sua gestão, permitindo um melhor conhecimento dos perfis de risco das entidades financeiras e da adequação do seu capital.

4.1.2.1. Basileia II e o risco de crédito

Para Caiado A. & Caiado J. (2008), o risco de crédito aponta para a necessidade de gerir as perdas da carteira de crédito, constituindo as provisões necessárias para cobrir as perdas esperadas e afectar o capital económico as perdas inesperadas. Para calcular os requisitos mínimos de capital é necessário ponderar os activos e outros elementos através da utilização de ponderadores, ou de coeficientes de risco.

Nesse sentido, a Basileia II definiu no pilar I dois métodos para avaliação do risco de crédito:

- Método *Standard* ou método padrão, e
- Métodos baseados em modelos de *rating* interno ou modelo IRB

No método padrão ou método *standard*, Carvalho (2009) defende que:

“O risco de alguns mutuários e, conseqüentemente, o ponderador atribuído, nomeadamente aos Estados, Bancos e Grandes empresas (incluem as seguradoras), está indexado às notações divulgadas por agências de notações externas (ECAI) reconhecidas pelas entidades de supervisão nacionais. Nos restantes tipos de mutuários e tipos de responsabilidade, onde se incluem, entre outros, o mercado a retalho (com ou sem cobertura por hipoteca residencial) e o crédito garantido por hipotecas comerciais, o Comité de Basileia fixou os ponderadores de uma forma mais global, independente do risco individual específico de cada cliente”.

Como forma de tornar credível as notações atribuídas por agências de *rating* externas, o comité de Basileia definiu um conjunto de critérios:

- Independência, que baseia numa metodologia isenta de influencias externas ou de pressões económicas;
- Recurso, de forma a permitir o contacto contínuo com quadros superiores;

- Objectividade, a metodologia utilizada deve ser rigorosa, sistemática, continuada e sujeita a avaliação com base na experiência;
- Credibilidade das avaliações efectuadas;
- Transparência, as avaliações individuais devem estar disponíveis para todas as instituições nas mesmas condições de acesso e devem ser tornados públicos.

Foram também definidas as categorias para as quais se efectuará o cálculo dos activos ponderados pelo risco. No quadro a seguir indicado iremos ver alguns ponderadores de risco que segundo Carvalho (2009), a partir deles processar a determinação do capital é relativamente simples.

QUADRO 1 - Ponderadores de risco

| TIPOS DE MUTUÁRIOS/RESPONSABILIDADE | RATING | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--------------|------------------|----------------|--------------|---------------|------------|
| | De AAA até AA- | De A+ até A- | De BBB+ até BBB- | De BB+ até BB- | De B+ até B- | Inferior a B- | Sem Rating |
| Estado e Bancos | | | | | | | |
| Centrais | 0% | 20% | 50% | 100% | 100% | 150% | 100% |
| Bancos | 20% | 50% | 50% | 100% | 100% | 150% | 50% |
| Grandes empresas | 20% | 50% | 100% | 100% | 150% | 150% | 100% |
| Retailo (Regulamentar) ⁵ | 75% | | | | | | |
| Hipotecário residencial | 35% | | | | | | |
| Hipotecário comercial | 100% | | | | | | |
| Outros ⁶ | > = 100% | | | | | | |

Fonte: adaptado de Carvalho (2009)

⁵ Incluem as operações de crédito a particulares e PME, nomeadamente crédito ao consumo, cartões de crédito, que não excedem 1 milhão de Euros, nem 0.2% da carteira de crédito da instituição financeira.

⁶ Empréstimos vencidos há 90 ou mais dias (não garantidos por colateral e líquidos de provisões): Ponderador de 100% ou 150%, dependendo do grau de cobertura por provisões.

Quanto ao modelo IRB o que o diferencia em relação ao modelo referido anteriormente, é o facto dos factores que influenciam a determinação do risco de crédito (probabilidade de incumprimento) serem determinados no método de *rating* por modelos internos e próprios de cada instituição de crédito.

Parafraseando Caiado A. & Caiado J. (2008) a aplicação do método IRB exige a segmentação da carteira de activos do banco (*banking book*) nas categorias de:

- Soberano (administração centrais, bancos centrais e bancos multilaterais de desenvolvimento);
- Bancos (bancos e outras instituições de crédito, empresas de investimento, administração regionais e locais);
- Empresas não financeiras (grandes empresas e pequenas e médias empresas);
- Retalho (crédito a pequenos negócios, crédito renovável e outros créditos a retalho, crédito hipotecário residencial, crédito a retalho não hipotecário);
- Participações financeiras (investimentos classificados na carteira de investimento);
- Outros activos (imobilizações corpóreas e outros activos ponderados a 100%).

O modelo de *rating* interno contém duas abordagens, uma abordagem simplificada, denominada IRB *Foundation* e uma abordagem avançada, designada por IRB *Advanced*.

A diferença entre essas duas abordagens reside no facto de, na IRB *Foundation*, somente a probabilidade de incumprimento dos devedores ser determinada internamente pelas instituições de crédito, enquanto que, na IRB *Advanced* todos os factores a ponderação do risco de crédito têm que ser apurados através dos modelos internos da instituição.

De salientar que, no que respeita à carteira de retalho os bancos e outras instituições de crédito que adoptarem a abordagem do método de *rating* internos serão obrigados a implementar a versão avançada.

No entanto, há que frisar que, o método de *rating* interno, na versão *foundation* e na versão *advanced*, é percebido como um método inovador, na medida em que permite, em certas condições e sob vigilância da entidade de supervisão, que sejam os próprios bancos a classificar os seus clientes de acordo com o risco de crédito que representam.

Segundo Carvalho (2009), no método simplificado apenas é determinado internamente a PD, com os restantes parâmetros definidos pela entidade supervisora. Relativamente ao método avançado, ele defende que são determinados pela instituição de crédito os três parâmetros: PD, LGD e EAD (para além do ajustamento em relação a maturidade).

Para Caiado A. & Caiado J. (2008),

“ A variante dos métodos internos de análise de risco de crédito, IRB Foudation, assenta no desenvolvimento de modelos internos de medição do risco de crédito, aprovados pelas autoridades de supervisão, em que o parâmetro de risco de probabilidade de incumprimento tem de ser calculado directamente pelas instituições com base nos dados históricos das suas carteiras de crédito. Por conseguinte, quando uma instituição de crédito, ao atribuir uma nota de rating ao agente económico que lhe solicita crédito, está a incorrer uma determinada perda potencial, a qual deve ser objecto do respectivo requisito de capital. Sendo assim, é obvio que a qualidade da carteira de crédito da instituição influencia significativamente o parâmetro de risco probabilidade de incumprimento, PD (Probability of default), pagamento do capital mutuado e dos respectivos juros.”

O modelo IRB *Advanced*, além de definir o parâmetro de risco PD, define ainda três parâmetros: LGD, EAD e M, que são todos calculados pela própria instituição, o que, segundo Caiado A. & Caiado J. (2008) pode ser compensador caso a carteira de crédito apresenta boa qualidade.

- PD (*probability of default*) – consiste na probabilidade de incumprimento por parte do mutuário durante um período de um ano;
- LGD (*loss given default*) – medida de perda, caso se verifique o incumprimento, que pode ir até 100% do valor do empréstimo, dependendo dos instrumentos de redução do risco utilizados na sua cobertura, por exemplo, garantias dadas;
- EAD (*exposure at default*) – medida que representa o valor total da exposição em euros, na altura em que for declarado o incumprimento, sendo a exposição no momento do incumprimento determinada para cada crédito individualmente considerado;
- M (*Maturity*) – medida de maturidade efectiva do crédito concedido, correspondendo à média ponderada da vida da operação de crédito, isto é, a percentagem do capital pago em cada ano ponderado pelos anos a que respeita.

4.1.3. Basileia III

De forma resumida, pode-se dizer que a Basileia III é o nome empregue para indicar o conjunto de alterações feitas pelo comité de Basileia que foram inseridos no Basileia II.

As principais mudanças introduzidas por esse acordo assentam em:

- Aumento das exigências de capital dos bancos;
- Introdução de padrões de liquidez e de alavancagem máxima global;
- Introdução de um *plafond* de reserva de capital;
- Aumentar a importância dos pilares II e III do acordo de Basileia II.

O Basileia III surge em 2008, tendo como espelho a intensidade e abrangência da crise financeira dessa altura. Surge da necessidade de redefinir os padrões básicos de supervisão e regulação do sistema financeiro mundial.

Do ponto de vista prático, os bancos vão ter de implementar sistemas de controlo de risco mais apertados, passando assim, a utilizar os sistemas de *rating* de risco aprovados

pela Basileia II. Podendo utilizar tanto o modelo *Standard*, que se baseia em agências de *rating*, como o modelo interno (IRB).

A grande diferença é que com a Basileia III os bancos são obrigados a implementar tais sistemas de *rating* e de tais sistemas poderem ser supervisionadas por entidades competentes. Pode-se dizer que a Basileia III terá grande impacto na concessão de crédito, uma vez que exige o cálculo de um *rating* da entidade antes de lhe conceder qualquer crédito.

4.2. Metodologia e processo de *rating*

Como já foi mencionado e segundo Blatt (1999), “*um rating é um sistema de classificação de risco creditício. A classificação de rating muitas vezes é feita por meio de letras e/ou número.*”

No mercado financeiro o *rating* é uma ferramenta que pode ser usada pelos investidores ou pelas instituições financeiras, a fim de obterem opinião quanto à credibilidade de um emitente de títulos, usado no mercado de capitais ou a capacidade de uma determinada empresa honrar suas obrigações de pagamento nos prazos estabelecidos. Auxilia na avaliação de tomadores de empréstimos, ou seja, através de classificação de *rating* é possível prever futuramente a probabilidade de uma entidade liquidar suas dívidas, levando em consideração o factor de risco.

Segundo Blatt (1999) para definir o *rating* vários processos estão envolvidos. Numa primeira parte faz-se a análise do património líquido, encontrado nas actuais demonstrações financeiras da empresa avaliada. Caso não seja possível o acesso as demonstrações financeiras o capital integralizado é considerado, através dessa avaliação é possível determinar o porte da organização.

Para o autor supra referido, a segunda parte consiste na avaliação do factor risco que varia de 1 (valor mais baixo) a 4 (valor mais alto). Este factor de risco é feito a partir de

pesquisas com organizações que estão no estágio de falência, desta forma é possível identificar os sintomas que envolvem este estágio.

Existem várias metodologias de *rating*, sendo que, cada banco ou cada empresa de *rating* adopta a sua própria metodologia. Segundo Neves (2000) “*a metodologia seguida a nível internacional pelas empresas de rating decorre das metodologias desenvolvidas pelas grandes empresas americanas de rating, com destaque para a Standard & Poor’s e a Moody’s, as duas maiores do ramo a nível mundial*”.

O autor acrescenta ainda que, em geral, as metodologias de análise passam por avaliar os riscos político e económico, a competitividade da indústria e o posicionamento da empresa e a análise financeira.

Sintetizando, Neves (2000) apresenta as seguintes fases metodológicas:

- Avaliação dos riscos político e económico, na medida em que, considera que os aspectos macroeconómicos e políticos de um país influenciam em geral todas as indústrias e de forma específica cada uma em particular;
- Após a fase apresentada anteriormente, são analisados os negócios em que assentam os fluxos de caixa da empresa, nomeadamente na sua sensibilidade aos ciclos económicos, forças competitivas, regulamentação e outros factores que podem afectar o emissor;
- De seguida, são analisados os factores críticos de sucesso da indústria. Com base nestes analisa-se o posicionamento da empresa emissora e a qualidade da sua gestão é um dos aspectos fundamentais da sua avaliação, na medida em que, nos actuais ambientes turbulentos dos negócios, é a capacidade de reacção dos gestores que determina, muitas vezes, a estabilidade da empresa;
- Em função da empresa em causa diversos factores são analisados, portanto depois de se fazer a análise qualitativa que é um aspecto importante na atribuição da notação, finalmente se procede a análise financeira.

Na banca também se utiliza o *rating* na concessão de créditos, através de metodologias desenvolvidas pelos analistas dos departamentos de risco. Essas metodologias pretendem definir procedimentos que conduzem à recolha de informações sobre as variáveis relevantes do risco de crédito e que estas sejam analisados e ponderadas de forma consistente (Neves, 2000).

4.3. Escala e notações de *rating*

De acordo com Bastardo (1992), a notação é expressa através de símbolos, letras, números, sinais ou índices que explicam o grau de risco de crédito. Sendo assim, pode-se dizer que, assim como a metodologia, as notações também dependem do banco e da agência de *rating*.

Esse autor apresenta um exemplo da grelha de notações da *Standard and Poor*, que é constituída por letras: AAA, AA, A, BBB, BB, B, CCC, CC, C, D, sendo as três primeiras as que explicitam menor grau de risco, aumentando o mesmo a partir delas.

Assim teremos:

- AAA – Notação dada a empresas com boa estrutura de capitais, solidez financeira, capacidade de solvência dos seus compromissos, não sendo muito sensíveis a alterações conjunturais negativas – risco mínimo;
- AA – Esta notação é dada a empresas com um fluxo gerador de fundos estável que cubra perfeitamente o serviço da dívida, sendo bastante apoiados pelos seus sócios e/ou accionistas.
- A – Esta notação é dada a empresas com pontos fortes, mas que são sensíveis a determinadas alterações conjunturais. Contudo o serviço da dívida contínua assegurado.

Bastardo (1992), acrescentas ainda que, associado a essas letras podemos ter sinais +, ++, -, -- ou então outras nomenclaturas, para distinguir as empresas quanto ao seu risco.

Essas notações são consequências da análise dos factores quantitativos e qualitativos da empresa, por exemplo qual o grau de cobertura das dívidas por activos, qual o peso e o grau de cobertura dos custos fixos ou encargos de estrutura, qual a capacidade da empresa em gerar fundos para pagar o serviço da dívida, qual a solvabilidade, qual o grau de cobertura do imobilizado por capitais próprios ou por capitais permanentes, qual a rotação das existências e do crédito de cliente, qual a estratégia da empresa a sua identificação por parte dos gestores, qual a imagem da empresa no sector, na comunidade e na economia, entre outros aspectos (Bastardo, 1992).

4.4. Critérios para apurar o *rating*

Se critérios baseados em análises estatísticas da carteira e do mercado reflectem a posição da carteira e as probabilidades de incumprimento dos clientes considerando o mercado em que estes e a instituição credora estão inseridos, já critérios de análise de risco de crédito são muito mais instáveis, tanto em termos dos próprios critérios em si como os pesos atribuídos por cada instituição.

Geralmente os critérios de análise de risco de crédito que contribuem como *inputs* para o *rating* das instituições bancárias são divididos em dois grandes grupos:

- Critérios quantitativos, que são por normas comuns a todas as instituições e baseiam-se em indicadores e rácios de análise económica e financeira das empresas clientes;
- Critérios qualitativos, ao contrário dos critérios quantitativos, estes apresentam uma certa conotação de volatilidade tanto em termos de definição como em termos de grau de importância.

Tanto os critérios qualitativos como quantitativos, já foram objectos do nosso estudo, quando nos referimos a análise qualitativa e análise quantitativa como ferramentas de análise de crédito.

Portanto há que salientar que as técnicas de análise qualitativa e quantitativa apresentam um certo grau de importância na análise de crédito e que para a análise de *rating* a sua importância depende de instituição para instituição. Algumas instituições na sua análise de *rating* dão mais importância a critérios quantitativos do que a critérios qualitativos, mas o contrário também se verifica.

5. PERSPECTIVA PRÁTICA

5.1. Sistema financeiro Cabo-Verdiano

Sendo que o nosso estudo irá incidir sobre os bancos localizados em São Vicente, como forma de contextualizá-lo achamos conveniente apresentar uma breve noção do sistema financeiro Cabo-Verdiano e respectiva composição.

O sistema financeiro Cabo-Verdiano caracteriza-se por um mercado de capitais incipiente, com um mercado interbancário limitado e instrumentos financeiros pouco diversificados. Paralelamente, verifica-se uma tendência para as instituições estarem ao mesmo tempo com excesso ou falta de fundos, e uma tendência para os investidores manterem os seus activos até a maturidade por falta de alternativa.

De acordo com a lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, o sistema financeiro Cabo-Verdiano é constituído pelo Banco Central, por instituições de crédito⁷ e instituições parabancárias⁸.

O nosso estudo irá incidir sobre as principais instituições de crédito do país. São elas, o BCA – Banco comercial do Atlântico, o BAI – Banco Africano de investimentos, o BCN – Banco Cabo-Verdiano de Negócio, o BI – Banco Interatlântico, a CECV – Caixa Económica de Cabo Verde e o Novo Banco.

⁷São empresas cuja actividade consiste em receber do público depósito ou outros fundos reembolsáveis e em conceder crédito por sua própria conta e risco

⁸São empresas que não sendo instituições de créditos exercem profissionalmente alguma função de crédito ou outra actividade que possa afectar o funcionamento dos mercados monetários, financeiro ou cambial.

5.2. Apresentação e descrição do estudo

O estudo que se propõe desenvolver será dividido em duas fases. Numa primeira fase, serão analisadas as informações recolhidas junto aos bancos de São Vicente, relativamente à análise e avaliação do risco de crédito às PME's e numa segunda fase será feita uma análise do risco de crédito de uma PME com base num quadro de *rating* com indicadores propostos.

Com a análise das informações recolhidas nos bancos pretende-se dar uma noção, do processo de análise e avaliação do risco de crédito nas instituições bancárias locais em relação às PME's. Ainda, nesse sentido, será abordada a questão da posição dos bancos locais em relação ao modelo de *rating*.

O objectivo inicial do estudo era, demonstrar o processo de análise e avaliação do risco de crédito com o modelo de *rating* utilizado por um dos bancos locais. Devido ao sigilo bancário, não foi possível aceder a todas as informações de que necessitávamos. Mesmo as que conseguimos não se revelaram suficientes para atingir os objectivos propostos.

Deparando com essa limitação, decidimos analisar o risco de crédito de uma PME local através de um quadro de *rating*, elaborado com base nas informações conseguidas com as entrevistas e também com base nos conhecimentos adquiridos ao longo da investigação.

Pretende-se com esse quadro ilustrar um modelo de *rating*, dar uma noção de como se procede a análise de risco com base nesse modelo, ao mesmo tempo que se tenta demonstrar a relevância da informação financeira.

Para a análise do *rating*, escolhemos uma média empresa localizada em São Vicente, que iremos designar por Alfa⁹. De realçar que toda a informação financeira aqui divulgada é verdadeira e diz respeito à empresa em análise.

⁹ Nome fictício dado à PME de São Vicente que facultou as suas demonstrações financeiras para análise.

De modo a medirmos a sensibilidade das informações financeiras para a análise de *rating*, elaboramos duas análises, uma análise A e uma análise B. Na análise A iremos basear nas verdadeiras informações fornecidas pela Alfa e na análise B iremos alterar a exigibilidade das rubricas do passivo para ver qual o impacto que uma alteração nas demonstrações financeiras poderá ter no *rating* de uma empresa.

Estas duas análises devem-se ao facto de termos constatado com as entrevistas, que os bancos que não utilizam o modelo de *rating*, dão mais importância à análise qualitativa para as PME's do que à análise quantitativa. Os bancos defendem que as PME's muitas vezes distorcem as suas demonstrações financeiras, facto que segundo eles poderá ter implicações no *rating*.

5.2.1. Apresentação e análise da informação

Nesse ponto pretendemos apresentar a investigação empírica realizada no âmbito do processo de investigação. Nesse sentido, o objectivo é dar uma noção do processo de análise de crédito nos bancos locais.

De salientar que as informações são verdadeiras e que foram recolhidas de relatórios e de entrevistas junto das instituições financeiras de São Vicente.

5.2.1.1. Processo de análise de crédito nos bancos

O processo de concessão de crédito é idêntico em quase todos os bancos, pois de acordo com os entrevistados, o processo inicia-se com a solicitação de crédito, onde o cliente irá preencher uma ficha com todos os seus dados e referindo o tipo e a finalidade do crédito.

Segundo os entrevistados, as etapas pelas quais passa o processo de crédito resume-se, na elaboração de um *dossier* de crédito, na elaboração da proposta e na apreciação da decisão.

O *dossier* de crédito é um documento elaborado pelos bancos, que serve de base para a análise das decisões de crédito, este documento deve abarcar todas as informações sobre o cliente de forma a ser possível proceder a análise qualitativa e quantitativa do mesmo.

De acordo com os entrevistados, este documento irá comportar as informações económico-financeiras dos últimos três anos de actividade da empresa solicitante de crédito, como o relatório e contas; o balancete; pacto social; facturas pró-formas; orçamentos, que pode incluir obras realizadas e por realizar; actas de reuniões; contratos de compra e venda e entre outros elementos que o banco considerar importante para a análise em questão.

Caso o cliente já tenha um historial de crédito no banco, as informações históricas devem fazer parte do *dossier*. Nele devem constar todos os documentos referentes a operações vivas.

Pôde-se constatar que, a definição do modo como deve ser organizado o *dossier* de crédito e o seu conteúdo tem como objectivo a uniformização da forma como são preparados as operações de crédito em cada banco. Sendo assim, cada banco define os requisitos do seu próprio *dossier* de crédito.

Do exposto, pode-se dizer então que, o *dossier* é um documento que deve estar sempre actualizado, de forma a permitir, em qualquer momento, a análise de operações propostas pelo cliente e o seu acompanhamento eficaz.

Depois de analisar os elementos contidos no *dossier* o analista de crédito deverá emitir um parecer sobre a proposta, podendo sugerir possíveis alterações, quer no montante, quer na estrutura de crédito. Seguidamente o *dossier* de crédito será enviado ao órgão decisor.

Com as entrevistas constatamos que, as decisões sobre operações de crédito devem levar em consideração as normas internas dos bancos e a legislação em vigor. As normas internas devem definir claramente quais os princípios básicos que devem orientar as decisões.

Para a decisão da operação, o *dossier* de crédito, incluído a proposta da operação, a análise de risco e o parecer do analista de crédito é enviado à comissão de crédito com competência.

As ferramentas utilizadas pelos bancos locais para a análise do risco de crédito são resumidamente a análise qualitativa, a análise quantitativa e a análise baseada no modelo de *rating*.

Quanto à análise quantitativa, verificou-se que os indicadores de ordem quantitativa mais utilizados pelos entrevistados são nomeadamente: rácio de liquidez, rácio de solvabilidade, rácio de endividamento, rácio de autonomia financeira, rendibilidade dos capitais e entre outros consideradas pertinentes, pois os bancos defendem que cada caso é um caso.

Mesmo se tratando de PME's os rácios podem diferir dependendo do tipo de crédito solicitado pelo cliente. Que podem ser: crédito para apoio de tesouraria, crédito ao investimento e crédito por assinatura

No que respeita às características relevantes da análise qualitativa, defendida pela maior parte das instituições entrevistadas são normalmente: a qualidade da gestão da empresa, histórico do cliente, qualidade da informação prestada e o mercado de actuação da empresa em termos de concorrência.

No que concerne ao modelo de *rating*, pode-se dizer que, 50% dos bancos o utilizam e outros 50% não apostam nesse modelo.

Segundo os entrevistados, utilizadores do modelo, este serve-lhes apenas como um indicador de risco e que necessita ser adaptado a realidade das PME's Cabo-Verdianas¹⁰.

Para os entrevistados que não utilizam o modelo, não demonstraram nenhum sinal de vir a utilizá-lo mais tarde na análise das PME's, defendendo que, existindo a possibilidade de adoptar o modelo, será apenas para medir o risco de grandes empresas, pois concordam que este é um modelo mais simplificado do que o método tradicional e que irá poupar muito mais tempo no processo de crédito.

Nas PME's não consideram aconselhável utilizar o modelo, defendendo também que a realidade das PME's locais não é adequada para a implementação desse sistema, pois segundo os entrevistados o modelo de *rating* baseia-se em parâmetros e estes muitas vezes não podem adequar a todos os tipos de PME's¹¹

O modelo de *rating* utilizado confronta elementos financeiros e económicos com elementos qualitativos. Sendo que cada banco apresenta a sua ponderação para cada um desses indicadores. Por exemplo, um dos bancos utiliza 40% para indicadores qualitativos e 60% para indicadores quantitativos, enquanto que, outro utiliza 30% para indicadores qualitativos e 70% para indicadores quantitativos, sendo este dividido em 40% para indicadores financeiros e 30% para indicadores económicos.

De salientar que pelas respostas obtidas, os bancos que não utilizam o modelo apostam mais na subjectividade para análise das PME's, considerando a análise qualitativa mais importante do que a análise quantitativa.

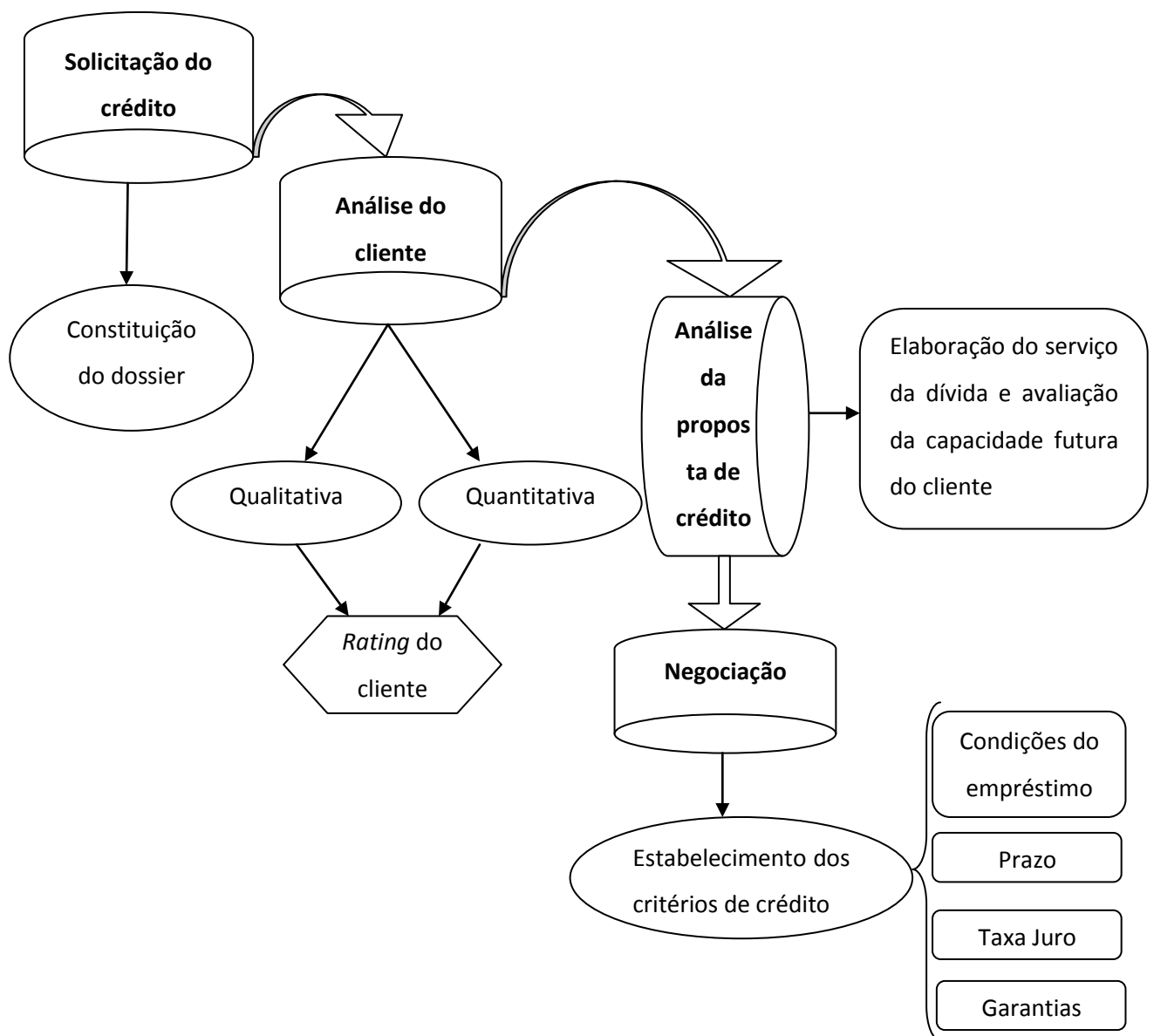
¹⁰ Muitas das PME's Cabo-Verdianas são empresas familiares e estas, em alguns casos não apresentam uma estrutura bem definida. Mesmo os que apresentem uma boa estrutura muitas vezes falham na questão de apresentar as suas demonstrações financeiras de forma adequada por estarem a fugir ao fisco.

¹¹ Para os bancos existem as empresas informais (Cabeleireiros, mercearias, pastelarias e outros similares) e empresas formais que já podem ser consideradas médias empresas e que empregam mais de dez trabalhadores.

Em suma, o processo de análise de crédito à empresas é praticamente idêntico em todos os bancos diferindo nas ferramentas utilizadas e na forma como são utilizadas.

Resumidamente podemos apresentar o processo de crédito dos bancos de São Vicente na figura a seguir apresentada:

FIGURA II – Processo de crédito dos bancos de São Vicente



Fonte: Elaboração própria

5.2.2. Aplicação do modelo de *rating*

Para a análise do *rating*, escolhemos a empresa Alfa, cujas características vão ao encontro das chamadas médias empresas.

A empresa Alfa é um estabelecimento comercial sediado em São Vicente, com um capital realizado de 5.000.000\$00 e que emprega entre 20 a 25 trabalhadores. Não é a única empresa do sector mas está no mercado desde 1991.

A Alfa mantém relações com quase todos os bancos da praça. Resumidamente, no triénio 2008 - 2010 apresentava a seguinte composição do balanço e da demonstração de resultados:

QUADRO 2 – Resumo do Balanço da Alfa

Valores em escudos

| RUBRICAS | 31-12-2010 | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|-------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| ACTIVOS | | | |
| Activos não correntes | 61.604.872,00 | 49.561.078,00 | 47.885.554,00 |
| Activo corrente | 170.825.285,00 | 194.672.520,00 | 171.926.171,00 |
| Total de activo | 232.430.157,00 | 244.233.598,00 | 219.811.725,00 |
| Capital próprio | 35.530.371,00 | 33.222.211,00 | 29.375.447,00 |
| Passivos não correntes | 85.954.382,00 | 66.711.327,00 | 21.952.273,00 |
| Passivos correntes | 110.945.404,00 | 144.300.060,00 | 168.484.005,00 |
| Total do passivo | 196.899.786,00 | 211.011.387,00 | 190.436.278,00 |

Fonte: Elaboração própria

QUADRO 3 – Resumo da Demonstração de Resultados da Alfa

Valores em escudos

| RUBRICAS | 31-12-2010 | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
|-------------------|----------------|----------------|----------------|
| Vendas | 205.042.812,00 | 198.235.376,00 | 344.095.383,00 |
| Resultado Líquido | 2.308.160,00 | 1.234.720,00 | 5.035.939,00 |

Fonte: Elaboração própria

5.2.2.1. Modelo de *rating* proposto

Nesse ponto pretendemos apresentar o modelo de *rating* com indicadores propostos que utilizaremos na análise de *rating* da Alfa.

Para a elaboração desse modelo, levamos em conta algumas informações obtidas junto dos bancos e ainda conhecimentos adquiridos ao longo dessa investigação.

Tendo em conta a parte teórica e a análise das informações recolhidas os critérios de análise de crédito que contribuem como *inputs* para o *rating* das instituições financeiras são divididos em dois grandes grupos, critérios quantitativos e critérios qualitativos.

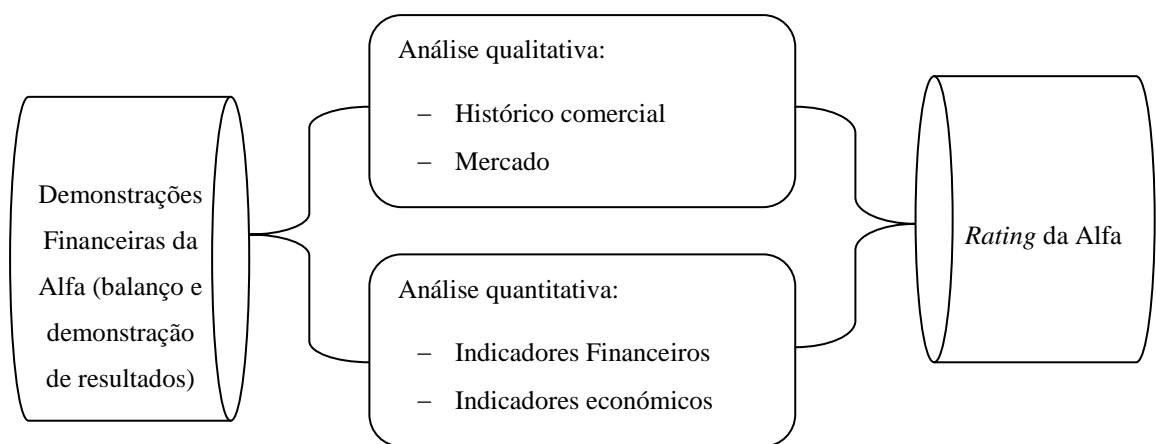
De salientar que, os critérios qualitativos são bastante subjectivos, tendo assim um elevado grau de confidencialidade e uma certa dependência do analista de crédito que os analisa e da política adoptada por cada banco, facto que dificulta de uma certa forma a realização de um estudo com atributos necessários e resultados significativos sobre os mesmos.

Já os critérios quantitativos são, por norma, comuns a todas as instituições e baseiam-se em indicadores e rácios de análise económica e financeira das empresas clientes. Algumas instituições podem dar mais importância a este ou aquele indicador, mas as interpretações dadas a cada um deles tem um elevado grau de partilha por parte dos

analistas de crédito, visto serem bastante objectivos. Nesse sentido, espera-se que seja também comum ou pelo menos similar a ponderação dada a cada indicador de rácio utilizado.

Levando em conta esses aspectos, teremos o seguinte processo:

FIGURA III – Processo de *rating*



Fonte: Elaboração própria

Com base nos dados do balanço e demonstração de resultados apresentados pela Alfa, iremos proceder a análise quantitativa e a análise qualitativa.

Na análise quantitativa, optamos por analisar o rácio de solvabilidade, o de autonomia financeira, o de endividamento, liquidez geral e ainda rácios de rendibilidade (rendibilidade das vendas, rendibilidade do activo e rendibilidade do capital próprio).

No total, para a nossa análise de *rating* levaremos em consideração sete itens e atribuiremos pontuações de um a dez (1 - 10) onde:

- 1-3 - Significa que a empresa apresenta resultados insuficientes;
- 4-6 - Significa que a empresa apresenta resultados suficientes;

- 7-9 - Significa que a empresa encontra-se numa situação boa;
- 10 - Significa que a empresa apresenta resultados muito bons.

Assim, para cada item iremos apresentar um quadro com a descrição para a respectiva ponderação.

QUADRO 4 – *Rating* financeiro

| Peso 40% | | | |
|----------------------|-------------|------------------|--|
| Indicadores | Peso | Pontuação | Descrição |
| Solvabilidade | 11% | [1 - 3] | Níveis de solvabilidade compreendida entre 0 e 0,25 |
| | | [4 - 6] | Níveis de solvabilidade acima de 0,25 até 0,50 |
| | | [7 - 9] | Níveis de solvabilidade acima de 0,50 até 0,75 |
| | | [10] | Níveis de solvabilidade acima de 0,75 |
| Liquidez Geral | 9% | [1 - 3] | Liquidez insuficiente, com grandes riscos, estando a empresa sem valores circulantes para liquidar as suas dívidas de curto prazo. |
| | | [4 - 6] | Liquidez suficiente, a empresa apresenta algum valor circulante para liquidar as dívidas de curto prazo. |
| | | [7 - 9] | Boa capacidade para fazer face aos compromissos de curto prazo, visto dispor de valores circulantes suficientes. |
| | | [10] | Liquidez geral alta com valores muito superiores a uma unidade, apresentando assim perfeitas condições para liquidar as suas dívidas de curto prazo. |
| Endividamento | 9% | [1 - 3] | O capital próprio é nulo e o endividamento apresenta valores compreendidos entre 0,75 até 1 |
| | | [4 - 6] | Valores do endividamento abaixo de 0,75 e até 0,50 |
| | | [7 - 9] | Valor do endividamento abaixo de 0,50 mas que ainda não se aproxima de zero. |
| | | [10] | O endividamento apresenta valores próximos de zero ou até mesmo igual a zero. |
| Autonomia Financeira | 11% | [1 - 3] | Capital próprio insuficiente para financiar os activo total, autonomia financeira baixíssima. |
| | | [4 - 6] | Capital próprio consegue financiar apenas parte do activo total. |
| | | [7 - 9] | Capital próprio com capacidade para financiar quase ou até mesmo metade do activo total – autonomia financeira boa. |
| | | [10] | Capital próprio pode perfeitamente financiar mais de metade do activo ou então a sua totalidade. |

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5 – *Rating* económico

| Peso 30% | | | |
|---------------|------|-----------|--|
| Indicadores | Peso | Pontuação | Descrição |
| Rendibilidade | 30% | [1 - 3] | Rendibilidade decrescente podendo atingir valores negativos. |
| | | [4 - 6] | Resultados aceitáveis apresentando ocasionalmente resultados menos favoráveis. |
| | | [7 - 9] | Bons níveis de rendibilidade, com acréscimos ao longo dos anos. |
| | | [10] | Rendibilidade elevada, com grandes remunerações para os accionistas. |

Fonte: Elaboração própria

Quadro 6 – *Rating* qualitativo: Mercado

| Peso 15% | | | |
|-------------|------|-----------|--|
| Indicadores | Peso | Pontuação | Descrição |
| Mercado | 15% | [1 - 3] | Segmento de mercado a decrescer, estando o negócio a apresentar problemas no sector e com perspectivas actuais futuras escassas. |
| | | [4 - 6] | Mercado com segmentos de média perspectiva, estando o negócio com posição média no sector e com alguma estabilidade. |
| | | [7 - 9] | Mercados com segmento estável, estando o negócio estabilizado que mantém ou ganha quota de mercado, sendo uma das melhores empresas do sector por ter melhor volume de negócio |
| | | [10] | Mercado com segmentos de alta perspectiva, com produtos de qualidade e bem aceites no mercado. |

Fonte: Elaboração própria

Quadro 7 – *Rating* qualitativo: Histórico do cliente

| Peso 15% | | | |
|----------------------|------|-----------|--|
| Indicadores | Peso | Pontuação | Descrição |
| Histórico do cliente | 15% | [1 - 3] | Sócio/Gerente sem potencial económico e com uma direcção instável e que não apresenta experiencia no negócio; O histórico comercial da empresa mostra que não tem vindo a cumprir com as suas obrigações |
| | | [4 - 6] | Sócio/gerente que conhece o negócio, mas que apresenta capacidade para conduzir o negócio apenas em situações normais; O histórico comercial mostra que em apenas algum ano não cumpriu com as suas obrigações de pagamento. |
| | | [7 - 9] | Sócio gerente com conhecimentos do negócio e que se reconhece a capacidade financeira; O histórico comercial demonstra que a empresa não falta com as suas obrigações de pagamento face ao banco. |
| | | [10] | Sócio/gerente com experiencia no negócio e que é bastante conhecido e apresenta capacidade financeira elevada. A empresa apresenta excelente histórico comercial, sendo classificado como um bom pagador. |

Fonte: Elaboração própria

Segundo os entrevistados, as ponderações finais atribuídas a cada item que utilizam para análise reflecte uma notação de *rating* final que será a que se considera para o cálculo da probabilidade de incumprimento, que irá pesar na tomada de decisão relativamente ao crédito.

A classificação de *rating* final é atribuída pelo analista de risco, que depois envia-o para o órgão responsável para análise e tomada de decisão.

De salientar que para os utilizadores do modelo, ter um *rating* negativo não é sinal de crédito não aceite. Esse *rating* irá servir, de indicador de risco. Sendo assim para o analista de risco é aconselhável não conceder crédito mas, como ainda existem outros intervenientes na decisão de crédito existe então a possibilidade de negócio.

5.2.2.2. Análise das informações da Alfa

A análise de crédito é o momento em que o analista avalia o potencial de retorno do cliente, bem como os riscos inerentes à atribuição/renovação do crédito.

A análise incide sobre as demonstrações financeiras e sobre os aspectos qualitativos da Alfa, correspondentes aos anos 2008, 2009 e 2010. Depois de ter levado em consideração toda a análise feita da Alfa, serão atribuídas as pontuações correspondentes a cada item, dando assim origem ao *rating* e a uma posterior análise da situação de incumprimento da empresa.

Como já foi dito iremos apresentar duas análises: análise A e análise B. Na análise B alteramos o prazo de exigibilidade do passivo¹² para medirmos a sensibilidade das informações financeiras no *rating*. Assim teremos o seguinte quadro:

¹² A conta de financiamento bancário de longo prazo passa a ser considerado de curto prazo.

QUADRO 8 – Rácios da Alfa

| RÁCIOS | A | | | B | | |
|----------------------|------|------|------|------|------|------|
| | 2010 | 2009 | 2008 | 2010 | 2009 | 2008 |
| Solvabilidade | 0,18 | 0,16 | 0,15 | 0,18 | 0,16 | 0,15 |
| Endividamento | 0,85 | 0,86 | 0,87 | 0,85 | 0,86 | 0,87 |
| Autonomia Financeira | 0,15 | 0,14 | 0,13 | 0,15 | 0,14 | 0,13 |
| Liquidez Geral | 1,54 | 1,35 | 1,02 | 0,89 | 0,95 | 1,02 |
| R.L.V | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 |
| R.C.P. | 0,06 | 0,04 | 0,17 | 0,06 | 0,04 | 0,17 |
| R.A. | 0,01 | 0,01 | 0,03 | 0,01 | 0,01 | 0,03 |

Fonte: Elaboração própria

– Análise A

Nessa análise, como já foi dito levaremos em consideração as verdadeiras informações apresentadas pela Alfa. Assim, a análise financeira permite-nos chegar as seguintes conclusões:

O passivo da empresa, comparativamente ao capital próprio, este último é insuficiente para financiar o outro, traduzindo assim numa solvabilidade muito baixa. No ano 2010 a solvabilidade é maior mas continua insuficiente pois o capital próprio aumentou 7% relativamente a 2009 mas houve uma diminuição do passivo na mesma proporção (-7%), impossibilitando assim um possível aumento da solvabilidade.

Quanto ao nível de utilização de capital alheio por parte da Alfa no financiamento das suas actividades, nos três anos, apresenta valores inaceitáveis, estando assim a incorrer muito a capitais alheios para financiar os seus activos. Por outro lado apresenta no triénio menor uso dos capitais próprios no financiamento dos seus activos. Constituindo assim um ponto fraco para o equilíbrio da empresa e demonstrando uma certa dependência financeira.

Assim a empresa, no ano 2010 com o seu capital próprio consegue financiar apenas 15% do seu activo enquanto que, com o capital alheio consegue financiar mais de metade do seu activo (85%) traduzindo assim num elevado endividamento. Essa situação tem vindo a arrastar desde 2008 e analisando a composição do passivo, pode-se ver que a empresa está super endividada perante os fornecedores.

A situação crítica com os fornecedores baixou ligeiramente de 2008 para 2009 (-7%) e em 2010 teve uma queda bastante considerável, diminuiu para quase metade do valor (-48%). Mas isso foi insuficiente, na medida em que a empresa, em 2009 e 2010 aumentou consideravelmente as suas dívidas de MLP.

No triénio em apreciação nota-se que a liquidez da empresa em 2008 foi ligeiramente baixa em relação aos anos subsequentes. Mas considera-se que quanto a capacidade de fazer face aos seus compromissos de curto prazo, em 2009/2010 a Alfa apresenta uma boa liquidez, ou seja a empresa dispõe de valores circulantes suficientes para liquidar as suas dívidas de curto prazo.

Em termos de rentabilidade, ou seja em termos da situação económica da empresa, de um modo geral consegue-se obter melhores valores em 2008, ano em que obtêm maior resultado líquido. Mas em ambos os anos consegue obter a mesma margem de comercialização e igual lucro por cada unidade vendida (mesma rentabilidade líquida das vendas).

Consegue ainda em 2008 ter maior resultado operacional e gerar maior rentabilidade do activo, o que revela maior eficácia na aplicação dos capitais investidos na empresa. Por fim consegue gerar maior remuneração para os accionistas, explicado pela maior rentabilidade do capital próprio.

Pode-se dizer que quanto a rentabilidade do capital próprio, em 2008 o resultado é aceitável, mas nos outros anos acabam por ser menos favoráveis.

A empresa não apresenta prejuízos em nenhum dos anos mas em 2009 e 2010 os valores apresentam-se baixos em relação a 2008.

– Análise B

Nesse cenário a única análise que vai sofrer alterações é a referente ao valor obtido com o cálculo do rácio de liquidez por estar relacionado com o passivo de curto prazo.

Neste sentido pode-se dizer que a liquidez continua a apresentar em 2008 um valor aceitável, mas com o decorrer dos anos a tendência é de diminuição do valor de liquidez. Esse facto demonstra que a empresa ao longo do triénio diminuiu a sua capacidade de fazer face aos seus compromissos de curto prazo.

5.2.2.3. Elaboração do *rating* da Alfa

Nesse ponto iremos atribuir as pontuações dadas a cada item e elaborar o *rating* da Alfa. De salientar que cada área tem o seu significado para o analista de crédito, sendo que: a solvabilidade representa a capacidade da empresa em fazer face aos compromissos de MLP; a autonomia representa a dependência da empresa perante capitais de terceiros; o endividamento representa o grau de utilização dos capitais alheios por parte da empresa; a liquidez mostra o equilíbrio financeiro da empresa; a rendibilidade evidencia os níveis de rendibilidade e os resultados obtidos; a análise do mercado representa o prestígio da empresa, a estabilidade do negócio e as perspectivas futuras; o histórico do cliente irá nos dar a situação comercial do cliente, o conhecimento do sócio/gerente a sua capacidade financeira e as experiências.

Nesse sentido teremos os seguintes quadros de *rating* com uma síntese de toda a informação referida acima:

Quadro 9 – Rating A

| Rating Quantitativo - Peso 70% | | |
|---------------------------------------|--|------------------|
| Indicadores | Comentários | Pontuação |
| Solvabilidade | No triénio em apreciação, a solvabilidade apresenta-se valores muito baixos, sendo 15% em 2008, 16% em 2009 e 18% em 2010. Apesar do aumento da solvabilidade ao longo dos anos, este não é suficiente. | 3 |
| Endividamento | A Alfa apresenta-se muito endividada apresentando variações pouco significativas ao longo dos anos. Em 2008 o endividamento é de 87%, em 2009 desce para 86% e em 2010 cai um pouco mais (-2%). Mas mesmo assim os valores não são considerados suficientes. | 2 |
| Autonomia | Autonomia financeira de 13% em 2008, 14% em 2009 e 15% em 2010. Verifica-se assim um aumento da autonomia financeira ao longo do triénio. | 3 |
| Liquidez Geral | Liquidez geral considerada suficiente, apresentando variações positivas ao longo dos anos em apreciação. Aumenta 32% de 2008 para 2009 e volta a aumentar 14% ao passar de 2009 para 2010. | 6 |
| Rendibilidade | Rendibilidade baixa ao longo do triénio. A rendibilidade das vendas e do activo é muito insuficiente e o mesmo acontece com a rendibilidade dos capitais próprios, apesar destes os valores terem sido menos ao longo do triénio. | 2 |
| Rating Qualitativo - Peso 30% | | |
| Indicadores | Comentários | Pontuação |
| Mercado | Apesar do volume de negócio ter caído drasticamente de 2008 para 2009 (-42%) em 2010 volta a aumentar 3% face a 2009, apresentando assim alguma melhoria. O negócio apresenta alguma perspectiva em 2010. | 6 |
| Histórico do cliente | O cliente é um gestor conhecido, que mantém relações com quase todos os bancos e nunca deixou de pagar, apresenta um histórico comercial bom. Nunca deixou de cumprir com as suas obrigações para com o banco. | 7 |
| Rating | | 3,52 |

Fonte: Elaboração própria

Quadro 10 –Rating B

| Rating Quantitativo - Peso 70% | | |
|---------------------------------------|--|------------------|
| Indicadores | Comentários | Pontuação |
| Solvabilidade | No triénio em apreciação, a solvabilidade apresenta-se valores muito baixos, sendo 15% em 2008,16% em 2009 e 18% em 2010.Apesar do aumento da solvabilidade ao longo dos anos, este não é suficiente. | 3 |
| Endividamento | A Alfa apresenta-se muito endividada apresentando variações pouco significativas ao longo dos anos. Em 2008 o endividamento é de 87%, em 2009 desce para 86% e em 2010 cai um pouco mais (-2%). Mas mesmo assim os valores não são considerados suficientes. | 2 |
| Autonomia | Autonomia financeira de 13% em 2008, 14% em 2009 e 15% em 2010. Verifica-se assim um aumento da autonomia financeira ao longo do triénio. | 3 |
| Liquidez Geral | Liquidez geral considerada suficiente, mas que apresenta tendencia de diminuição ao longo do trienio. Em 2009 apresenta uma diminuição de 7% face a 2008 e em 2010 diminui mais 6% face a 2009. | 4 |
| Rendibilidade | Rendibilidade baixa ao longo do triénio. A rendibilidade das vendas e do activo é muito insuficiente e o mesmo acontece com a rendibilidade dos capitais próprios, apesar destes os valores terem sido menos ao longo do triénio. | 2 |
| Rating Qualitativo - Peso 30% | | |
| Indicadores | Comentários | Pontuação |
| Mercado | Apesar do volume de negócio ter caído drasticamente de 2008 para 2009 (-42%) em 2010 volta a aumenta 3% face a 2009, apresentando assim alguma melhoria. O negócio apresenta alguma perspectiva em 2010. | 6 |
| Histórico do cliente | O cliente é um gestor conhecido, que mantém relações com quase todos os bancos e nunca deixou de pagar, apresenta um histórico comercial bom. Nunca deixou de cumprir com as suas obrigações para com o banco. | 7 |
| Rating | | 3.34 |

Fonte: Elaboração própria

Os quadros supra elaborados representam como que uma síntese das informações mais importantes da análise da Alfa nos dois cenários. Pode-se ver que devido as alterações sofridas no valor do passivo da empresa o *rating* passou de 3,52 para passar a ser 3,34.

Verifica-se que na análise A o valor do *rating* está mais próximo de 4 (*rating* considerado aceitável) e que na análise B o valor ficou mais próximo de 3 (*rating* considerado insuficiente).

Esse facto só vem demonstrar o impacto que uma informação financeira prestada de forma inadequada poderá ter na análise de *rating*.

De salientar que para os bancos o valor do *rating* só irá servir como um indicador de risco, mostrando o grau da probabilidade de incumprimento da Alfa.

5.3. Discussão de resultados

Os sistemas de *rating* interno que é utilizado pelos bancos e o de *rating* externo utilizado por agências apresentam peculiaridades. Enquanto que, os bancos investem seus recursos nas operações de crédito, as agências classificadoras não fazem parte de operações entre tomadores e fornecedores de crédito, obtendo receitas a partir da cobrança de taxas para definição de *ratings* de empresas e venda ao público.

Nos bancos o custo de definição de *rating* bem como a sua revisão periódica devem ser cobertos pela rendibilidade dos créditos concedidos. Essa rendibilidade pode ser menor para créditos relativamente baixos. Supondo que uma mesma estrutura de análise de *rating* se aplica tanto à crédito de valores elevados quanto à crédito de valores mais baixos, pode-se dizer o *rating* desses últimos terá custos proporcionalmente mais elevado.

Nesse sentido, sugere-se que a complexidade do processo de estabelecimento de *rating* deve ser em função da quantia envolvida nas operações de crédito, para manter uma certa proporcionalidade entre o custo e o benefício decorrente da implantação desse sistema.

Como ficou patente, os bancos que não utilizam o modelo de *rating* dão mais importância a análise qualitativa do que a análise quantitativa. Esses bancos defendem que o *rating* é um modelo baseado em números e portanto muito objectivo para se aplicar a realidade das nossas PME's. Tendo em conta esse aspecto, e sendo que o nosso mercado é pequeno e os bancos praticamente já conhecem os investidores, recomenda-

se que esses bancos passam a utilizar o modelo de *rating* e mesmo assim continuar a dar mais importância à análise qualitativa, desde que na definição dos parâmetros deixem maior ponderação para os aspectos qualitativos. Assim, seria uma forma de tornar o processo de análise de crédito menos moroso, visto que o *rating* permite agregar as informações num único quadro.

Mas para valorizar mais a análise qualitativa torna-se essencial definir mais itens qualitativos na atribuição do *rating* e ainda especificar mais a atribuição de pontuação dada a cada um.

Por exemplo no quadro de *rating* que foi apresentado, os valores atribuídos a cada área variavam em intervalos de 1 a 10. A sugestão seria que em vez disso, os bancos poderiam conferir todos os valores decimais entre a nota máxima e a nota mínima. Acreditamos que isto iria provocar uma maior precisão na classificação parcial de cada empresa.

CONCLUSÕES

O crédito bancário é um factor que está sempre presente no mundo dos negócios e envolve riscos.

No negócio bancário as perdas financeiras ocorrem com uma certa frequência, uma vez que existe sempre credores que não cumprem com as suas obrigações. As perdas sofridas por uma instituição bancária variam de ano para ano e dependem em grande parte da conjuntura económica, não existindo por isso estabilidade e consistência quanto a distribuição das perdas de uma instituição bancária ao longo dos anos.

A avaliação do risco aparece como forma de prevenção de tais perdas. Nesse sentido, pode-se dizer que a avaliação do risco é um pré-requisito para a aprovação de empréstimos a clientes por parte dos bancos.

De salientar que nem sempre é possível prevenir o risco. No entanto, face ao aumento frequente das crises financeiras, as instituições financeiras e os órgãos reguladores têm procurado desenvolver mecanismos que de alguma forma possam com mais coerência estimar o risco que incorrem ao conceder crédito.

A aplicação do método de *rating* interno na definição de ponderadores de risco de crédito assume-se como uma inovação dentro dos acordos do Basileia. É uma técnica que permite aos bancos desenvolver as suas próprias notações de *rating*, conduzindo a que passam a classificar os seus clientes com base nos seus próprios ponderadores.

O trabalho objectivou abordar a questão da análise e concessão de crédito bancário às PME's com utilização do modelo de *rating*, partindo de quatro questões básicas:

- Quais os indicadores mais relevantes na análise de *rating*?
- Ter um *rating* positivo é sinal de ter um crédito aceite?
- Qual o peso da análise de *rating* para aceitação de um crédito?
- Essa análise é eficaz para prevenir o incumprimento?

Do estudo realizado observou-se que os indicadores de análise de *rating* dependem da instituição que está a adoptar o modelo, na medida em que cada instituição tem o seu critério de apuramento do *rating* e para a análise seleccionam os indicadores que consideram mais importante. Mas no caso das instituições bancárias de São Vicente pode-se constatar que os indicadores mais relevantes na análise de *rating* são os indicadores de fórum quantitativo, e destes destacam os rácios.

Sendo os rácios os indicadores mais relevantes nessas instituições e visto basearem nas demonstrações financeiras das empresas solicitantes de crédito (no caso PME's) pode-se dizer que o modelo de *rating* adoptado pelas instituições bancárias locais não é suficientemente eficaz para prevenir o incumprimento, pois as informações financeiras referentes nesse estudo dizem respeito a PME's e muitos delas não são sujeitos a auditoria.

Tendo em conta que algumas das PME's Cabo-Verdianas apresentam demonstrações financeiras de carácter duvidoso, as instituições bancárias locais que adoptam o modelo não atribuem grande peso a análise de *rating*, na medida em que tomam o resultado apurado com o *rating* apenas como um indicador de risco que irá os ajudar na medição do risco e conseqüentemente na atribuição do preço de um determinado crédito. Sendo que tendo um *rating* com valor alto ou baixo não é sinal de ter um crédito aceite ou recusado.

Deste modo, pode-se dizer que a imagem financeira e económica das PME's é determinada não só para aprovação do financiamento, mas também para a obtenção e manutenção de taxas de juro favoráveis num dado financiamento.

Concluiu-se ainda que, são vários os factores que intervêm na decisão de crédito e, estes só têm validade se conjugados uns com os outros e não analisados isoladamente.

As garantias são uma espécie de segurança adicional e na concessão de crédito o banco precisa delas para compensar as fraquezas decorrentes de outros factores de risco. Assim sendo, é fundamental a análise das garantias (reais e pessoais), visando

complementar o processo da análise das operações de crédito e garantir que estas serão executadas em caso de incumprimento.

Constatou-se que o modelo de *rating* interno pode ser sim um indicador de extrema importância imposta pelo Basileia mas só terá grande relevância nas nossas instituições financeiras quando todas as PME's começarem a consciencializar que a credibilidade das suas demonstrações financeiras é de extrema importância na nossa economia.

Não foi, de todo, objectivo desse estudo falar da qualidade das informações financeiras, no entanto, serviu para que deixasse aqui, um apelo aos gestores das PME's, no sentido de lhes chamar atenção para a necessidade de transmitir a qualquer momento uma imagem de solidez e de continuidade para os credores. Tal imagem irá reflectir de modo certo em *ratings* mais favoráveis e, conseqüentemente, melhores benefícios na obtenção de crédito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

ALMEIDA G. C (n.d.). *Código Civil Cabo-Verdiano*. Cabo Verde, Imprensa Nacional de Cabo Verde;

ANTÓNIO N.S (2006). *Estratégia Organizacional – Do posicionamento ao movimento*. 2ª Edição. Lisboa: Edição Sílabo;

BANCO DE CABO VERDE (2011). *Central de Risco de Crédito*. Praia, Cabo Verde;

BAPTISTA, A.S. (2004). *A gestão de crédito como vantagem competitiva*. 2ª Edição. Porto: Vida Económica;

BASTARDO C. (1992). *Análise fundamental e técnicas de ações*. 1ª Edição. Lisboa;

BLATT, A. (2000). *Avaliação de risco e decisões de crédito: Um enfoque prático*. São Paulo: Nobel;

CAIADO A. & CAIADO J. (2008). *Gestão das Instituições Financeiras*. 2ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo;

CARVALHO P. V. (2009). *Fundamentos da Gestão de Crédito*. Lisboa: Edições Sílabos;

CORREIA P. (2004). *Finanças empresariais*. 1ª Edição. Lisboa;

INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO BANCÁRIA (1997). *Financiamento e crédito bancário*. 2ª Edição. Amaral A., Casanova C., Cruz J., Simões L., Antunes P.;

INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO BANCÁRIA (2004). *Financiamento e crédito bancário*. 6.^a Edição. Taborda A., Casanova C., Nunes H., Cruz J., Simões J., Antunes P.;

INSTITUTO DE FORMAÇÃO BANCÁRIA (2009). *Crédito*. 5.^a Edição. Nunes;

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. 6.^a Edição. São Paulo: Atlas;

MARTINS, G. A. & LINTZ, A. (2000). *Guia para elaboração de monografia e trabalho de conclusão de curso*. 1.^a Edição, São Paulo: Atlas;

NEVES J. C. (1995). *Análise financeira – Método e técnicas*. 8.^a Edição. Lisboa

NEVES J. C. (2000). *Análise financeira – Técnicas fundamentais*. 12.^a Edição. Lisboa. 1.^o Vol.

PORFÍRIO J.A. (2003). *Gestão financeira internacional*. Lisboa: Editora Rei do Livros

SHRICKEL W. K. (2000). *Análise de crédito: Concessão e gerência de empréstimos*, 5.^a Edição. São Paulo: Atlas;

SILVA, J. P. (2006). *Gestão e análise de risco de crédito*; 5.^a Edição., São Paulo: Atlas.

Fontes online:

CARMO .P., MOREIRO .C, e MIRANDA .S. (n.d). *A qualidade dos accruals e o custo do financiamento nas empresas Portuguesas: Uma análise por grupo de dimensão*. Universidade de Aveiro e Universidade do Porto. Disponível em: <http://personales.ya.com> acedido em Maio de 2012;

DUART A. (1993). *Risco: Definição, tipos, medição e recomendações para o seu gerenciamento*. Director, Gerenciamento de risco corporativo. Unibanco S.A. Disponível em <http://risktech.com.br>. acedido em Maio 2012;

EIFERT D. S. (2003). *Análise quantitativa na concessão de crédito versus inadimplencia: Um estudo empírico*. Programa de pós graduação em administração. Escola de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.. Disponível em: <http://lume.ufrgs.br> acedido em Dezembro de 2011.

FERREIRA, J.S. (1994). *A revolução financeira e a gestão de risco na empresa bancária*. Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://libraries.fe.unl.pt/> acedido em Maio 2012

KATAYAMA D.M. (2003). *Modelo de crédito aplicado a empresas de factoring*. Trabalho de conclusão do curso II. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://deltaamika.com.br>. Acedido em Abril de 2012;

NEVES J. C. & SILVA J. A. (n.d.). *Análise de risco de incumprimento: Na perspectiva da segurança social*. Projecto financiado pela fundação para a ciência e tecnologia e da segurança social. Disponível em <http://iseg.ult.pt> acedido em Dezembro 2011;

PINTO W.J. & MARTINS J.B.F. (2006). *Análise do processo de concessão de crédito em distribuidores de defensivos agrícolas*. Administração Rural e Gestão do Agronegócio. Sociedade Brasileira de Economia e sociologia Rural. Disponível em <http://sober.org.br>. Acedido em maio de 2012;

PIRES, C.O. (2010). *A recusa de crédito ao consumo com base no modelo credit scoring: uma análise à luz do Código de Defesa do Consumidor*. Monografia.

Faculdade Mineira de Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em <http://pt.scribd.com/> acessido em Abril 2012;

RAMOS J. S. (2008). *Gestão de crédito e cobrança nas PME's*. Monografia. Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Disponível em <http://bdigital.unipiaget.cv> acessido em Dezembro de 2011;

ROMÃO F. M. E. (2009). *Credit Scoring e a previsão de falência no contexto da Basileia II*. Departamento de ciências e tecnologia de informação. Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em <http://repositorio-iul.iscte.pt> acessido em Fevereiro 2012;

SILVA L. P. (2011). *Os indicadores económicos e financeiros na análise de crédito*. Relatório de Estágio. Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em <http://repository.ult.pt> acessido em Fevereiro de 2012;

<http://www.bca.cv> acessido em 07/03/2012

<http://www.bcn.cv> acessido em 07/03/2012

<http://www.bcv.cv> acessido em 07/03/2012

<http://www.caixa.cv> acessido em 11/03/2012

<http://www.portugalcabo Verde.com> acessido em 05/04/2012

<http://www.novobanco.cv> acessido em 05/05/2012

ANEXOS

Anexo I – Balanços da Alfa

Anexo II – Demonstração dos resultados da Alfa

Anexo III – Formulário

Anexo IV – Guião de entrevista aos bancos localizados em São Vicente

Anexo I - Balanços da Alfa

ALFA - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

2010

IDENTIFICAÇÃO DA IDENTIDADE

Designação da entidade: **ALFA** - De xxx x

Outros Elementos de identificação: NIF: - SÃO VICENTE

BALANÇO (Individual) em 31 de Dezembro de 2010

| RUBRICAS | Data de referência | | |
|---|--------------------|----------------------|----------------------|
| | 31-12-2010 | | 31-12-2009 |
| | Notas | Valores | Valores |
| ACTIVO | | | |
| ACTIVO NÃO CORRENTE | | | |
| Activos fixos tangíveis | 4 | 60.031.871\$ | 43.644.798\$ |
| Terrenos e recursos naturais | | 0\$ | 0\$ |
| Edifícios e Outras Construções | | 55.026.436\$ | 33.704.451\$ |
| Equipamento básico | | 1.656.051\$ | 2.916.744\$ |
| Equipamento de transporte | | 2.165.331\$ | 5.254.778\$ |
| Equipamento administrativo | | 752.667\$ | 1.097.779\$ |
| Equipamentos biológicos | | 0\$ | 0\$ |
| Outros - Ferramentas e Utensílios | | 431.386\$ | 671.046\$ |
| Propriedades de investimento | | 0\$ | 0\$ |
| Terrenos e recursos naturais | | 0\$ | 0\$ |
| Edifícios e Outras Construções | | 0\$ | 0\$ |
| Outras propriedades de investimento | | 0\$ | 0\$ |
| Activos intangíveis | 5 | 89.718\$ | 179.409\$ |
| Trespasse (goodwill) | | 0\$ | 0\$ |
| Projectos de desenvolvimento | | 0\$ | 0\$ |
| Programas de computador | | 89.718\$ | 179.409\$ |
| Propriedade industrial | | 0\$ | 0\$ |
| Outros activos intangíveis | | 0\$ | 0\$ |
| Investimentos em curso | 4 | 1.483.283\$ | 5.736.871\$ |
| Activos fixos tangíveis em curso | | 1.483.283\$ | 5.736.871\$ |
| Investimentos financeiros | | 0\$ | 0\$ |
| Sócios ou Accionistas | | 0\$ | 0\$ |
| Outros activos financeiros | | 0\$ | 0\$ |
| Total do activo não corrente | | 61.604.872\$ | 49.561.078\$ |
| ACTIVO CORRENTE | | | |
| Inventários | 12 | 160.540.366\$ | 156.049.967\$ |
| Activos biológicos | | 0\$ | 0\$ |
| Mercadorias | | 160.540.366\$ | 156.049.967\$ |
| Produtos acabados e intermediários | | 0\$ | 0\$ |
| Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | | 0\$ | 0\$ |
| Produtos e trabalhos em curso | | 0\$ | 0\$ |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | | 0\$ | 0\$ |
| Outros produtos de consumo | | 0\$ | 0\$ |
| Clientes | 6 | 7.249.284\$ | 7.701.254\$ |
| Adiantamentos a fornecedores | 8 | 377.170\$ | 0\$ |
| Estado e outros entes públicos | 9 | 27.708\$ | 107.320\$ |
| Outras contas a receber | | 0\$ | 29.488.635\$ |
| Adiantamentos ao pessoal | 13 | 10.200\$ | 51.750\$ |
| Diferimentos | 18 | 822.745\$ | 166.667\$ |
| Outros activos financeiros | | 0\$ | 0\$ |
| Caixa e depósito bancários | 2 | 1.797.812\$ | 1.106.927\$ |
| Total do activo corrente | | 170.825.285\$ | 194.672.520\$ |
| TOTAL DO ACTIVO | | 232.430.157\$ | 244.233.598\$ |

Porto Novo - Santo Antão
Nif.

| RUBRICAS | Data de referência | | |
|--|--------------------|----------------------|----------------------|
| | 31-12-2010 | | 31-12-2009 |
| | Notas | Valores | Valores |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio | | | |
| Capital Realizado | 11 | 5.000.000\$ | 5.000.000\$ |
| | | 5.000.000\$ | 5.000.000\$ |
| Ações (quotas) próprias | | 0\$ | 0\$ |
| Prestações Suplementares | 11 | 15.000.000\$ | 15.000.000\$ |
| Prêmios de emissão | | 0\$ | 0\$ |
| Reservas legais | | 0\$ | 0\$ |
| Outras reservas | | 0\$ | 0\$ |
| Excedentes de revalorização | | 0\$ | 0\$ |
| Ajustamentos em activos financeiros | | 0\$ | 0\$ |
| Outras variações no capital próprio | | 0\$ | 0\$ |
| Resultados transitados | 11 | 13.222.211\$ | 11.987.491\$ |
| Resultados líquido do período | 11 a 17 | 2.308.160\$ | 1.234.720\$ |
| Total do capital próprio | | 35.530.371\$ | 33.222.211\$ |
| PASSIVO | | | |
| PASSIVO NÃO CORRENTE | | | |
| Provisões | | 0\$ | 0\$ |
| Financiamentos obtidos | 10 | 85.954.382\$ | 66.711.327\$ |
| Financiamento bancário | | 80.254.382\$ | 61.011.327\$ |
| Outros | | 5.700.000\$ | 5.700.000\$ |
| Responsabilidades por benefícios pós emprego | | 0\$ | 0\$ |
| Passivos por impostos diferidos | | 0\$ | 0\$ |
| Outras contas a pagar | | 0\$ | 0\$ |
| Total do passivo não corrente | | 85.954.382\$ | 66.711.327\$ |
| PASSIVO CORRENTE | | | |
| Fornecedores | 8 | 46.077.293\$ | 89.357.004\$ |
| Adiantamentos de clientes | 2 | 16.334.784\$ | 9.760.078\$ |
| Estado e outros entes públicos | 9 | 4.504.457\$ | 698.290\$ |
| Accionistas/sócios | 11 | 4.598.189\$ | 1.317.574\$ |
| Financiamentos obitos | 10 | 35.321.856\$ | 39.999.364\$ |
| Outras contas a pagar | 8 | 4.108.825\$ | 3.167.750\$ |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | 0\$ | 0\$ |
| Outros passivos financeiros | | 0\$ | 0\$ |
| Diferimentos | | 0\$ | 0\$ |
| Total do passivo corrente | | 110.945.404\$ | 144.300.060\$ |
| TOTAL DO PASSIVO | | 196.899.786\$ | 211.011.387\$ |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | 232.430.158\$ | 244.233.598\$ |

Porto Novo - Santo Antão

NIF

APSA
De: xxxxx
NIF: xxx

BALANÇO ANALITICO (INDIVIDUAL) - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

| RUBRICAS | Data de referência | | |
|---|--------------------|----------------------|----------------------|
| | | 31-12-2009 | 31-12-2008 |
| | Notas | Valores | Valores |
| ACTIVO | | | |
| ACTIVO NÃO CORRENTE | | | |
| Activos fixos tangíveis | | 43.644.798\$ | 43.807.196\$ |
| Terrenos e recursos naturais | | 0\$ | 0\$ |
| Edifícios e Outras Construções | | 33.704.451\$ | 35.169.862\$ |
| Equipamento básico | | 2.916.744\$ | 2.853.895\$ |
| Equipamento de transporte | | 5.254.778\$ | 3.614.269\$ |
| Equipamento administrativo | | 1.097.779\$ | 1.258.464\$ |
| Equipamentos biológicos | | 0\$ | 0\$ |
| Outros - Ferramentas e Utensílios | | 671.046\$ | 910.706\$ |
| Propriedades de investimento | | 0\$ | 0\$ |
| Terrenos e recursos naturais | | 0\$ | 0\$ |
| Edifícios e Outras Construções | | 0\$ | 0\$ |
| Outras propriedades de investimento | | 0\$ | 0\$ |
| Activos intangíveis | | 179.409\$ | 0\$ |
| Trespasse (goodwill) | | 0\$ | 0\$ |
| Projectos de desenvolvimento | | 0\$ | 0\$ |
| Programas de computador | | 179.409\$ | 0\$ |
| Propriedade industrial | | 0\$ | 0\$ |
| Outros activos intangíveis | | 0\$ | 0\$ |
| Investimentos em curso | | 5.736.871\$ | 4.078.358\$ |
| Activos fixos tangíveis em curso | | 5.736.871\$ | 4.078.358\$ |
| Investimentos financeiros | | 0\$ | 0\$ |
| Sócios ou Accionistas | | 0\$ | 0\$ |
| Outros activos financeiros | | 0\$ | 0\$ |
| Total do activo não corrente | | 49.561.078\$ | 47.885.554\$ |
| ACTIVO CORRENTE | | | |
| Inventários | | 156.049.967\$ | 132.984.304\$ |
| Activos biológicos | | 0\$ | 0\$ |
| Mercadorias | | 156.049.967\$ | 132.984.304\$ |
| Produtos acabados e intermediários | | 0\$ | 0\$ |
| Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | | 0\$ | 0\$ |
| Produtos e trabalhos em curso | | 0\$ | 0\$ |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | | 0\$ | 0\$ |
| Outros produtos de consumo | | 0\$ | 0\$ |
| Clientes | | 7.701.254\$ | 10.819.812\$ |
| Adiantamentos a fornecedores | | 0\$ | 0\$ |
| Estado e outros entes públicos | | 107.320\$ | 0\$ |
| Outras contas a receber | | 29.488.635\$ | 22.941.945\$ |
| Adiantamentos ao pessoal | | 51.750\$ | 0\$ |
| Diferimentos | | 166.667\$ | 0\$ |
| Outros activos financeiros | | 0\$ | 0\$ |
| Caixa e depósito bancários | | 1.106.927\$ | 5.180.110\$ |
| Total do activo corrente | | 194.672.520\$ | 171.926.171\$ |
| TOTAL DO ACTIVO | | 244.233.598\$ | 219.811.725\$ |

Técnico de Contas

ALTA

De: XXXX

NIF: . . .

BALANÇO ANALITICO (INDIVIDUAL) - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

| RUBRICAS | Data de referência | | |
|--|--------------------|----------------------|----------------------|
| | 31-12-2009 | | 31-12-2008 |
| | Notas | Valores | Valores |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio | | | |
| Capital Inicial | | 5.000.000\$ | 17.387.956\$ |
| | | 5.000.000\$ | 5.000.000\$ |
| Conta particular | | 0\$ | 12.387.956\$ |
| Acções (quotas) próprias | | 0\$ | 0\$ |
| Prestações Suplementares | | 15.000.000\$ | 0\$ |
| Prémios de emissão | | 0\$ | 0\$ |
| Reservas legais | | 0\$ | 0\$ |
| Outras reservas | | 0\$ | 0\$ |
| Excedentes de revalorização | | 0\$ | 0\$ |
| Ajustamentos em activos financeiros | | 0\$ | 0\$ |
| Outras variações no capital próprio | | 0\$ | 0\$ |
| Resultados transitados | | 11.987.491\$ | 6.951.552\$ |
| Resultados líquido do período | | 1.234.720\$ | 5.035.939\$ |
| Total do capital próprio | | 33.222.211\$ | 29.375.447\$ |
| PASSIVO | | | |
| PASSIVO NÃO CORRENTE | | | |
| Provisões | | 0\$ | 0\$ |
| Financiamentos obtidos | | 66.711.327\$ | 21.952.273\$ |
| Financiamento bancario | | 61.011.327\$ | 14.352.273\$ |
| Outros | | 5.700.000\$ | 7.600.000\$ |
| Responsabilidades por benefícios pós emprego | | 0\$ | 0\$ |
| Passivos por impostos diferidos | | 0\$ | 0\$ |
| Outras contas a pagar | | 0\$ | 0\$ |
| Total do passivo não corrente | | 66.711.327\$ | 21.952.273\$ |
| PASSIVO CORRENTE | | | |
| Fornecedores | | 89.357.004\$ | 95.730.308\$ |
| Adiamentos de clientes | | 9.760.078\$ | 30.609.272\$ |
| Estado e outros entes públicos | | 698.290\$ | 4.444.910\$ |
| Accionistas/sócios | | 1.317.574\$ | 0\$ |
| Financiamentos obitos | | 39.999.364\$ | 36.500.000\$ |
| Outras contas a pagar | | 3.167.750\$ | 1.199.515\$ |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | 0\$ | 0\$ |
| Outros passivos financeiros | | 0\$ | 0\$ |
| Diferimentos | | 0\$ | 0\$ |
| Total do passivo corrente | | 144.300.060\$ | 168.484.005\$ |
| TOTAL DO PASSIVO | | 211.011.387\$ | 190.436.278\$ |
| TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E PASSIVO | | 244.233.598\$ | 219.811.725\$ |


 João Novo - Sócio António

Anexo II – Demonstração dos Resultados da Alfa

ALFA ; DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

2010

IDENTIFICAÇÃO DA IDENTIDADE

Designação da entidade: ALFA - De xxx x
 Outros Elementos de identificação: NIF: - - - - SÃO VICENTE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE: 01 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010

| RUBRICAS | PERÍODO | | |
|---|------------|---------------------|---------------------|
| | 31-12-2010 | | 31-12-2009 |
| | Notas | Valores | Valores |
| Vendas e prestações de serviços | 16 | 205.042.812\$ | 198.235.376\$ |
| Subsídios à Exploração | | 0\$ | 0\$ |
| Variação nos inventários de produção | | 0\$ | 0\$ |
| Trabalhos para a própria entidade | | 0\$ | 0\$ |
| Gastos com mercadorias vendidas | 12 | -161.932.139\$ | -153.737.936\$ |
| Resultado operacional bruto | | 43.110.673\$ | 44.497.440\$ |
| Fornecimento e serviços externos | 13 | -13.808.348\$ | -13.827.605\$ |
| Valor acrescentado bruto | | 29.302.325\$ | 30.669.835\$ |
| Gastos com o pessoal | 14 | -12.034.964\$ | -11.519.561\$ |
| Ajustamentos de inventários (perdas/reversões) | 12 | -498.933\$ | -2.562.851\$ |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | 2 | 18.832\$ | 0\$ |
| Provisões (aumentos/reduções) | | 0\$ | 0\$ |
| Imparidade de activos não dep.amortizações (perdas/reversões) | | 0\$ | 129.940\$ |
| Aumentos/reduções de justo valor | | 0\$ | 0\$ |
| Outros rendimentos e ganhos | 17 | 4.046.110\$ | 0\$ |
| Outros gastos e perdas | 15 | -3.471.038\$ | -2.375.802\$ |
| Res. antes depr., amort., perdas/ganhos de fin. E impostos | | 17.362.332\$ | 14.341.561\$ |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 4 e 5 | -5.135.931\$ | -5.032.032\$ |
| Perdas/reversões p/ imparidade de activos depr/amortizáveis | | 0\$ | 0\$ |
| Res. operacional (antes de perdas/ganhos de fin. e impostos) | | 12.226.401\$ | 9.309.529\$ |
| Juros e ganhos similares obtidos | | 0\$ | 0\$ |
| Juros e perdas similares suportados | 10 | -9.148.855\$ | -7.663.235\$ |
| Resultado antes de impostos | | 3.077.547\$ | 1.646.294\$ |
| Imposto sobre o rendimento do período | 11 | -769.387\$ | -411.574\$ |
| Resultado líquido do período | | 2.308.160\$ | 1.234.720\$ |

Porto Novo - Santo Antão

Nif.

ALFA,

De: XXXX

NIF: . . .

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

| RUBRICAS | PERIODO | | |
|---|------------|---------------------|---------------------|
| | 31-12-2009 | | 31-12-2008 |
| | Notas | Valores | Valores |
| Vendas e prestações de serviços | | 198.235.376\$ | 344.095.383\$ |
| Subsídios à Exploração | | 0\$ | 0\$ |
| Variação nos inventários de produção | | 0\$ | 0\$ |
| Trabalhos para a própria entidade | | 0\$ | 0\$ |
| Gastos com mercadorias vendidas | | -153.737.936\$ | -290.005.182\$ |
| Resultado operacional bruto | | 44.497.440\$ | 54.090.201\$ |
| Fornecimento e serviços externos | | -13.827.605\$ | -12.647.522\$ |
| Valor acrescentado bruto | | 30.669.835\$ | 41.442.679\$ |
| Gastos com o pessoal | | -11.519.561\$ | -11.621.821\$ |
| Ajustamentos de inventários (perdas/reversões) | | -2.562.851\$ | -4.113.382\$ |
| Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões) | | 0\$ | 343.970\$ |
| Provisões (aumentos/reduções) | | 0\$ | 0\$ |
| Imparidade de activos não dep.amortizações (perdas/reversões) | | 129.940\$ | 0\$ |
| Aumentos/reduções de justo valor | | 0\$ | 0\$ |
| Outros rendimentos e ganhos | | 0\$ | 892.860\$ |
| Outros gastos e perdas | | -2.375.802\$ | -3.454.669\$ |
| Res. antes depr., amort., perdas/ganhos de fin. E impostos | | 14.341.561\$ | 23.489.637\$ |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | | -5.032.032\$ | -4.219.528\$ |
| Perdas/reversões p/ imparidade de activos depr/amortizáveis | | 0\$ | 0\$ |
| Res. operacional (antes de perdas/ganhos de fin. e impostos) | | 9.309.529\$ | 19.270.109\$ |
| Juros e ganhos similares obtidos | | 0\$ | 0\$ |
| Juros e perdas similares suportados | | -7.663.235\$ | -12.505.110\$ |
| Resultado antes de impostos | | 1.646.294\$ | 6.765.000\$ |
| Imposto sobre o rendimento do periodo | | -411.574\$ | -1.729.061\$ |
| Resultado liquido do periodo | | 1.234.720\$ | 5.035.939\$ |

Técnico de Contas
Porto Novo - Santo Antão

Anexo III - Formulário

| | |
|--------------------------------|--|
| Rácio de liquidez | Liquidez geral = $\frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$ |
| Rácios de estrutura financeira | Solvabilidade = $\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$ |
| | Endividamento = $\frac{\text{Passivo}}{\text{Activo}}$ |
| | Autonomia Financeira = $\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Activo}}$ |
| Rácios de rendibilidade | Rendibilidade do C. P. = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$ |
| | Rendibilidade Líq.V. = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Vendas}}$ |
| | Rendibilidade do A. = $\frac{\text{Resultado Antes Imposto}}{\text{Activo}}$ |

Fonte: Adaptado de Nunes (2009)

$Rating = \sum (Ps*Pt)$; onde: P – Peso de cada item; Pt – Pontuação dada a cada item

Fonte: Elaboração própria

Anexo IV - Guião de entrevista aos bancos localizados em São Vicente

Chamo-me Lúgia Soraia Dias Sousa, sou finalista no presente ano lectivo do Curso de Complemento conducente a Licenciatura em Contabilidade e Administração – Ramo Controlo e Administração Financeira ministrado no ISCEE (Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais).

Para efeitos de elaboração do meu Trabalho de Fim de Curso, cujo tema é Análise e avaliação do risco de crédito bancário nas PME's – Utilização do modelo de *rating*, solicito a sua colaboração no sentido de responder de forma aberta as questões seguintes, de carácter confidencial, e cujos dados se destinam unicamente, na obtenção de informações para possibilitar a elaboração do meu trabalho.

Garanto o anonimato e a confidencialidade das respostas.

Agradeço desde já a sua colaboração!

1. Qual a política de crédito seguido pelo seu banco?
2. Perante uma solicitação de crédito, quais as informações básicas que o seu banco procura obter dos clientes?
3. Sendo que o solicitante de crédito é uma PME quais as fases (etapas) fundamentais na análise do crédito?
4. Como funciona a concessão de crédito as PME's?
5. Na concessão de crédito as PME's, quais são as garantias que costumam pedir aos clientes?

6. Como é feita a análise quantitativa do crédito? E a qualitativa?
7. Utilizam o modelo de Rating? Se sim, como funciona e em que consiste?
8. Quais os factores que consideram decisivos para a aceitação de um pedido de crédito?
9. Numa escala de 0 a 10, qual seria o grau de importância que atribuiriam para a análise baseada no método de *rating*?
10. Como se procede para atribuir uma notação de rating?
11. A partir do momento em que se obtém um *rating* positivo, já se considera que o crédito vai ser aceite?
12. Essa análise é considerada eficaz para prevenir o incumprimento?